

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JAQUELINE ARAÚJO BEZERRA

**O CLUBE DE MÃES E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PINDOBA E SUA
MOBILIZAÇÃO POLÍTICA**

São Luís

2022

JAQUELINE ARAÚJO BEZERRA

**O CLUBE DE MÃES E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PINDOBA E SUA
MOBILIZAÇÃO POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-PPGCSoc, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Camila Alves Machado Sampaio

São Luís
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor (a). Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

BEZERRA, JAQUELINE ARAÚJO BEZERRA.

O CLUBE DE MÃES E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA PINDOBA E SUA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA: O CLUBE DE MÃES E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PINDOBA E SUA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA / JAQUELINE ARAÚJO BEZERRA BEZERRA. - 2022.

93 p.

Orientador(a): CAMILA ALVEZ MACHADO SAMPAIO SAMPAIO.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUÍS, 2022.

1. CLUBE DE MÃES. 2. MOBILIZAÇÃO POLÍTICA. 3. PAÇO DO LUMIAR. 4. PINDOBA. 5. POLÍTICAS SOCIAIS. I. SAMPAIO, CAMILA ALVEZ MACHADO SAMPAIO. II. Título

JAQUELINE ARAÚJO BEZERRA

**O CLUBE DE MÃES E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PINDOBA E SUA
MOBILIZAÇÃO POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-PPGCSoc, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Camila Alves Machado Sampaio

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Camila Alves Machado Sampaio (Orientadora)
UFMA-PPGCSoc

Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto
UFMA-PPGCSoc

Prof^a. Dr^a. Maria Mary Ferreira
UFMA-PPGPP

Às minhas irmãs Kerllyane e Keiliane, na
certeza de que é preciso continuar...

AGRADECIMENTOS

Ao Cristo que habita em mim, causa primeira de todas as coisas, pela oportunidade da vida. Aos espíritos de luz que me direcionam nas escolhas, quando às vezes me sinto insegura.

Agradeço aos erros, tropeços e acertos, porque também fazem parte do processo de evolução espiritual. Pelos caminhos que me possibilitaram trilhar e pela percepção humana de aprender com todas as situações que acontecem. Pois acredito que, quando buscamos evolução espiritual, tudo a nossa volta ganha um novo sentido.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, pela concessão de bolsa de estudos.

À minha mãe Maria, uma mulher que viveu sob o ciclo de violência, cicatrizes de medo, (partiu tão cedo!) silenciada pelo machismo. Nela, encontro a certeza de acreditar que nós mulheres, somos capazes de construir nosso futuro, vencer obstáculos e lutar por nossos sonhos. Sua presença se refaz em mim como o verdor resplandescente.

A minha orientadora professora Camila Sampaio pela compreensão e principalmente paciência, nas quais se convertem em tolerância pedagógica, mostrando-me que a relação orientador e orientando não se conduz de maneira impositiva, mas dinâmica.

Aos colegas da turma do PPGCSoc 2019. Alex, Anderson, Maysa, Paula, Joallyson, Aerica, Inar, Erica pelas trocas e pelo estreitamento de laços estabelecido durante o curso.

À Solange, por ter sido ponte e me apresentado a comunidade Pindoba. Às colegas, Allany e Berenice pelas conversas de incentivo, pelos “pitacos” no meu trabalho, grata pelos incentivos.

À professora Mary Ferreira, sou grata pelos diálogos motivadores por compartilhar suas experiências na investigação científica feminista e de gênero. Pelo modo tão generoso de escuta e partilhas.

Agradeço aos professores (as) com quem tive aulas durante o mestrado e que são fundamentais para nosso processo de desenvolvimento intelectual. Ao Sr. Willame Costa, pela atenção, compromisso que refletem no profissionalismo com o qual sempre nos tratou.

Agradeço à Banca de Qualificação composta pelos professores (as) Martina

Arleth e Joaquim Shiraischi Neto pelas relevantes contribuições nos possíveis direcionamentos para este trabalho.

Agradeço aos professores (as) Maria Mary Ferreira e Joaquim Shiraishi Neto que compuseram minha banca de defesa, sugerindo-me novas percepções analíticas, sou grata pelas possibilidades de releituras sobre o objeto de estudo.

Por fim, agradeço as mulheres da minha vida: minhas irmãs, Kerllyane e Keiliane Bezerra, por nunca me deixarem fraquejar. Juntas, aprendemos sobre amor. Gratidão!

RESUMO

Este trabalho de dissertação discute dinâmicas que podem conduzir à mobilização política de um Clube de Mães e dos Agricultores Familiares da comunidade Pindoba, localizado na zona rural do município de Paço do Lumiar, região metropolitana de São Luís. A pesquisa de campo foi desenvolvida no período de 2019 a 2020. Os dados emergiram por meio de conversas informais e observação direta durante as visitas de campo. Uma questão apresentou-se como fundamental para compreender a particularidade de atuação desse Clube de Mães: em que medida as formulações contidas no surgimento dos primeiros Clubes, entre as décadas de 1960 e 1970, possui relação com a dinâmica de atuação do objeto em questão. Nesse sentido, o trabalho de dissertação realiza apontamentos sobre o contexto político emergente dos novos movimentos sociais no Brasil, sinalizando para diferentes identidades coletivas: mulheres, trabalhadores (as) rurais e/ ou urbanos. Nesta dissertação, destaco ações desenvolvidas pelo Clube de Mães com envolvimento em programas governamentais de estímulo à agricultura familiar para seus associados (as). O objetivo constitui-se em descrever e analisar o papel desempenhado pelo Clube no que se refere a dinâmicas institucionais, perfazendo um breve histórico dessa associação compreendendo de que forma ela apresenta suas mobilizações e articulações políticas com destaque para políticas sociais e/ou de programas e projetos para a comunidade. A realidade empírica observada me permitiu destacar a singularidade do Clube de Mães e dos Agricultores Familiares localizado em uma área rural com forte potencial de agricultura familiar. Foi possível identificar que, ao longo do tempo, ele tem como proposta promover objetivos de trabalhar em articulação com o eixo intersetorial da política de assistência social, segundo regimento de Estatuto próprio. Expõe-se como o Clube analisado opera mais como uma organização da sociedade civil de cunho mobilizador e executor de programas e políticas sociais, do que uma forma de associação fundamentada no recorte de gênero ou em princípios religiosos.

Palavras-chave: Clube de Mães. Mobilização. Políticas Sociais. Pindoba. Paço do Lumiar.

ABSTRACT

This dissertation work discusses dynamics that can lead to the political mobilization of a Club of Mothers and Family Farmers of the Pindoba community, located in the rural area of the municipality of Paço do Lumiar, metropolitan region of São Luís. Field research was carried out from 2019 to 2020. Data emerged through informal conversations and direct observation during field visits. One question was presented as fundamental to understand the particularity of this Clube de Mães' performance: to what extent the formulations contained in the emergence of the first Clubs, between the 1960s and 1970s, are related to the dynamics of action of the object in question. In this sense, the dissertation work makes notes on the emerging political context of the new social movements in Brazil, pointing to different collective identities: women, rural and/or urban workers. with involvement in government programs to encourage family farming for its associates. The objective is to describe and analyze the role played by the Club with regard to institutional dynamics, making a brief history of this association, understanding how it presents its mobilizations and political articulations, with emphasis on social policies and/or programs and projects for the community. The empirical reality observed allowed me to highlight the uniqueness of the Clube de Mães e dos Agricultores Familiares located in a rural area with strong potential for family farming. It was possible to identify that, over time, it proposes to promote objectives of working in articulation with the intersectoral axis of social assistance policy, according to the regiment of its own Statute. It is exposed how the analyzed Club operates more as a civil society organization that mobilizes and executes social programs and policies, rather than a form of association based on gender or religious principles.

Keywords: Mothers Club. Women's Movements. Community Associations. Pindoba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O Clube de Mães de Pindoba.	21
Figura 2: Ilha do Maranhão	30
Figura 3: Serviços e programas desenvolvidos no Clube de Mães	44
Figura 4: Incorporação das CEBs com as modalidades de articulação no Maranhão.	56
Figura 5: Rede Assistencial.....	65
Figura 6: Reunião com os associados (as) do Clube de Mães.	73
Figura 7: Eleição da nova diretoria do Clube de Mães.	74
Figura 8: Montagem dos Kits do PNAE.....	79
Figura 9: Equipe de nutricionistas e colaboradores do PNAE no Clube de Mães.....	84

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	- Ação Católica
AMTR	- Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão
ASSEMA	- Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão
CEB	- Comunidades Eclesiais de Base
CIMQCB	- Cooperativa Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu
CNME	- Campanha Nacional de Merenda Escolar
CVRD	- Companhia Vale do Rio Doce
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	- Comissão Pastoras da Terra
DAF	- Declaração de Aptidão ao Pronaf
FASE	- Federação de Assistência Social e Educacional
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JOC	- Juventude Operária Católica
JUC	- Juventude Universitária Católica
LBA	- Legião Brasileira de Assistência
MMA	- Movimento das Mulheres Rurais
MMC	- Movimento das Mulheres Camponesas
MIQCB	- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MSTTS	- Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
ONG	- Organização Não Governamental
PAA	- Programa de Aquisição de Alimento
PPGCsoc	- Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMCGL	- Região Metropolitana da Grande São Luís
TL	- Teologia da Libertação
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O CLUBE DE MÃES E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PINDOBA ...	17
2.1 Chegando à Pindoba	17
2.2 Origem e histórias	27
2.3 Da Associação Cultural Beneficente Alegria das Crianças e Boizinho ao Clube de Mães.....	39
2.4 O diversificado campo de atuação das organizações da sociedade civil ..	41
3. OS CLUBES DE MÃES NA LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA.....	45
3.1 As Comunidades Eclesiais de Base e suas influências.....	48
4. DINÂMICAS POLÍTICAS EM TORNO DO CLUBE DE MÃES E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA PINDOBA.....	68
4.1 Sobre os programas e projetos	74
4.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar–PNAE	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	89

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação surge a partir de meu interesse em compreender dinâmicas que podem conduzir ao protagonismo de mulheres em seus contextos sociais. Em 2018, cheguei ao Clube de Mães e Agricultores Familiares de Pindoba, na cidade de Paço do Lumiar, região metropolitana de São Luís. A construção da ideia foi decorrente da graduação que fiz em Serviço Social, concluída em 2016 e do interesse que tinha em aprofundar estudos sobre protagonismo feminino.

O projeto foi iniciado a partir de uma visita preliminar à comunidade Pindoba e em seu Clube de Mães e Agricultores Familiares, com a pretensão de investigar se as ações desenvolvidas por mulheres desse Clube produziram (ou não) efeitos sobre suas vidas e, de que forma o protagonismo feminino poderia se fazer presente. Naquele momento, algumas questões passaram a movimentar a ideia da construção do projeto: Quais saberes circulam entre as mulheres? O fato de participarem desse Clube gera protagonismo? Se sim, de quais formas?

Com a expectativa de desenvolver uma pesquisa provocada pelo que acreditava que pudesse, de alguma forma, dar ênfase em questões provocadas por perspectivas feministas, ao longo do processo outros temas se apresentaram. Passo a evidenciar nas próximas linhas, inspirada por Damatta (1974, p. 01), o exercício de “ritos de passagem” próprios da execução de etapas de processos investigativos, em que foi necessário a problematização de algumas categorias até então bastante naturalizadas por minha formação pessoal e profissional¹.

Estive no Clube de Mães em diversas ocasiões entre os anos de 2018 e 2020. Entre as primeiras visitas em 2018, antes de ingressar no mestrado, mas já com a intenção de realizar uma pesquisa, e após o retorno no segundo semestre de 2019, já com o mestrado em curso com suas leituras e reflexões formativas, houve uma mudança do objeto de investigação em relação ao anteriormente escolhido. Os questionamentos pareciam não mais se relacionar com dinâmicas que poderiam conduzir mulheres de um Clube de Mães ao protagonismo, ou ao que eu achava ser protagonismo.

¹ Roberto Damatta fala que “é a fase ou plano que denomina de teórico-intelectual, marcada pelo divórcio entre o futuro pesquisador e a tribo, a classe social, o mito, o grupo, a categoria cognitiva, o ritual, o bairro, o sistema de relações sociais e de parentesco, o modo de produção, o sistema político e todos os outros domínios, em sua lista infindável, que certamente fazem parte daquilo que se busca ver, encarar, enxergar, perceber, estudar, classificar, interpretar, explicar, etc” (1974, p. 01).

As tentativas de aproximação com a principal dirigente do Clube de Mães fez parte da estratégia de inserção no campo de pesquisa. A partir dela, acessei documentos institucionais, como o estatuto da organização e os históricos realizados em investigações de outros pesquisadores, e estive em algumas atividades importantes que fazem parte da rotina do Clube. Nessas idas, realizei observações e pude conversar com pessoas que ampliaram a compreensão de dinâmicas sociais e institucionais em torno do Clube.

Na minha primeira visita em 2019, estava ocorrendo a execução de um projeto voltado ao estímulo da produção local, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Renda Cidadã. Esse encontro aliado à percepção formal que tive da dinâmica do PNAE despertou meu olhar para o repertório de ações que o Clube de Mães desenvolve em torno de programas e projetos. Essas ações geraram outras reflexões: o que esse Clube de Mães consegue mobilizar? De que forma ele se articula? Será que em projetar ações expressas em iniciativas que se destacam frente ao poder público? Será que minha noção sobre protagonismo feminino caberia na dinâmica que eu estava observando ali?

O Clube de Mães de Pindoba foi fundado em 11 de junho de 1998 e por meio de reformulação em seu estatuto, recebeu aditivo de Clube de Mães e Agricultores e Familiares em 2017. Será que essa mudança de nomenclatura indicaria algum apagamento de questões relativas às relações de gênero? Destacou-se ao longo do período do trabalho de campo que a liderança do Clube gira em torno de mulheres com relações próximas de parentesco, vizinhança e solidariedade. A alternância de poder entre elas gerou o acúmulo de conhecimento da dirigente do saber fazer de questões burocráticas, como busca ativa e submissões a projetos de venda e chamadas públicas. Esse tipo de capacidade de curadoria acaba por reforçar seus papéis de liderança na vizinhança e influencia no plano das microrrelações. Tais articulações refletem-se em projetos na área do esporte, lazer e geração de renda e no âmbito da assistência social, junto a segmentos como crianças, adolescentes e pequenos agricultores locais.

Essa ideia permitiu movimentar minha percepção e questionamentos diante do contexto de surgimento de Clubes de Mães, na década de 1960, pela qual passei a me perguntar: de que forma isso refletia (ou não) na dinâmica e forma de funcionamento do Clube de Mães de Pindoba? Durante minhas idas à comunidade, o que se apresentava era um lugar singular em relação à literatura acadêmica sobre

Clubes de Mães, com nuances específicas em que sua principal dirigente acionava estratégias destinadas a promover e executar ações com algum impacto na comunidade, a partir de parcerias entre o Estado e entidades sem fins lucrativos.

Assim, neste trabalho a ideia é discutir em que medida as formulações contidas no surgimento de Clubes de Mães, entre 1960 e 1970, possuem ou não relação com a atuação do Clube de Mães e dos Agricultores Familiares de Pindoba. Fundado em contexto bastante diferente, já na década de 1990, o Clube de Pindoba não tem influência direta da Igreja Católica em sua constituição. Esse é um dos aspectos centrais na bibliografia pesquisada, pois a Igreja Católica, em sua ala progressista, exerceu papel central na formação dos primeiros Clubes de Mães pelo país e posteriormente contribuindo para transformar as pautas desses espaços como articuladores de demandas imediatas (creches, moradia, saneamento, custo de vida, etc.) ligadas às camadas populares.

Quanto aos aspectos metodológicos, a construção dos dados foi desenvolvida com base na análise documental do que pude acessar e no registro de anotações, conversas informais e observações colhidas durante visitas ao local. A pandemia da COVID-19 e a necessidade de isolamento social provocaram mudanças no processo investigativo. Tentei manter a interlocução com a principal dirigente durante esse período, trocando mensagens por meio de aplicativo e, sempre que possível, manifestava interesse em saber as mudanças e/ou alterações na dinâmica do Clube de Mães no contexto da pandemia, embora nem sempre obtivesse sinalizações.

Em 2019, meu olhar esteve mais voltado para o que eu ainda acreditava encontrar sobre dinâmicas que pudessem conduzir ao protagonismo de mulheres em um Clube de Mães. Durante esse momento achei que iria me deparar com um espaço marcado por vivências e práticas questionadoras em prol da igualdade de gênero como principal bandeira dos sujeitos que participam desse Clube. Contudo, fui me aproximando de outra realidade concreta.

A primeira questão colocada é que o “protagonismo feminino” não pareceu tão evidente como era minha expectativa. A segunda teve a ver com a própria dinâmica de certa reserva das dirigentes do Clube em relação à minha presença e demandas. Nesse aspecto, dificuldades de aproximação com a dirigente do Clube de Mães e condições conjunturais inseriram-se como estratégias diversas na dinâmica de construção deste trabalho. Assim, desde o início da pesquisa, tive fases em que sentia alguns desconfortos e me sentia desmotivada no sentido de não conseguir a

aproximação que gostaria. Notei que a dinâmica do Clube de Mães era centralizada em sua principal liderança, que assumia as responsabilidades centrais, relacionando bastante a instituição às próprias dirigentes. Quando estava me aproximando de um convívio mais próximo com alguns sujeitos da pesquisa em campo para compreender o alcance das ações do Clube de Mães para os associados (as), ocorreu o advento da pandemia da COVID-19.

Durante o início da pandemia, fiquei bastante apreensiva sobre como seriam os desdobramentos das atividades em campo e por ter somente as principais lideranças do Clube como interlocutoras da pesquisa. Fiz contato por duas ou três vezes na intenção de reestabelecer conversas, mas algumas sem êxito.

Decidi entrar em contato com um advogado que havia pesquisado na Comunidade de Pindoba, colaborando em algumas ações importantes na região. Assim, passei para a análise documental do que havia sido produzido pelo Clube e pela equipe de pesquisa de Linhares, intitulada *A produção do espaço urbano e modos de vidas tradicionais na Ilha de São Luís/MA: aspectos jurídicos da luta pelo território na comunidade Pindoba* (2013). Na época da referida pesquisa, o autor movimentou diversos documentos, como o relatório de atividades do Clube de Mães e o projeto pedagógico do jardim de infância Tia Bia cujo tema abordou sobre a cultura de Pindoba, um acervo cultural com descrições minuciosas sobre aspectos turísticos e naturais da comunidade. Considero a leitura de análise de documentos indispensável no sentido de apontar o esforço de dialogar com “as pessoas documentadas e os próprios papéis ou outros suportes materiais de registros gráficos, textuais, sonoros e/ou audiovisuais” (FERREIRA; LOWENKRON, 2020).

Assim, entre a articulação com as informações as quais eu já tinha obtido em momentos de visitas ao campo e os deslocamentos de perspectivas sobre o foco do caráter singular do Clube de Mães, surgiu o interesse em refletir acerca da dinâmica dessa organização reforçada em seu Estatuto.

Tomei como referência para desconstruir a visão do campo exploratório Oliveira (1996) a partir de noções e representações na dinâmica própria pelo modo de visualizar a realidade pesquisada, pois eu queria saber de fato o que era esse Clube. A intenção foi fazer conexões com o exercício da abordagem qualitativa, visto que nessa abordagem as observações e conversas intercalam-se com a realidade social dos sujeitos. Nesse sentido, minha formação como Assistente Social, os percursos teóricos traçados durante minha caminhada no mestrado em Ciências Sociais, as

visitas que realizei em campo, bem como os impedimentos decorrentes da pandemia fizeram parte das mudanças estabelecidas, que delinearão a dissertação que se apresenta.

Sendo assim, no capítulo 2 busco descrever a minha aproximação com o campo e a construção do objeto de pesquisa, a partir das articulações acionadas durante o processo. Para tanto, utilizo-me das minhas descrições da comunidade Pindoba em complementação à leitura realizada por meio de documentos disponibilizados, que remetem à relação da comunidade com o território, e com algumas pistas de surgimento do Clube de Mães na comunidade.

No capítulo 3 realizo um panorama sobre o que são os Clubes de Mães, enquanto instituições de sociedade civil, que tiveram o início de suas histórias ligado à Igreja Católica a partir da década de 1960. Nesse capítulo aprofundo o papel dos primeiros Clubes de Mães, suas práticas, menções históricas e sociais que situam na interseção com a Igreja Católica e movimentos de cunho popular. Também enfatizo as práticas construídas pelas Comunidades Eclesiais de Base no Maranhão, levando em consideração alguns apontamentos de bibliografias acadêmicas que falam dessas experiências no cenário local.

No capítulo 4 procuro refletir sobre a dinâmica política das ações executadas no Clube de Mães e Agricultores Familiares da Pindoba. Para complementar, enfatizo a experiência de retornar ao campo de pesquisa em dezembro de 2021. Busquei fundamentar minha ideia provocada nas experiências do Renda Cidadã e do PNAE, em especial à forma como os sujeitos do Clube de Mães lidam com projetos e programas voltados ao estímulo da agricultura local.

Nas considerações finais proponho-me a suscitar apontamentos de que as dinâmicas nas formulações contidas no desenho e da forma organizacional do Clube de Mães e dos Agricultores familiares de Pindoba não se relacionam com o percurso dessas primeiras organizações que surgiram entre 1960-70. Dessa forma, isso me permitiu pontuar que esse Clube em específico opera diretamente e indiretamente com projetos de vendas do que é produzido pela agricultura familiar, assim como realiza atividades no âmbito de assistência social, destacando-se por meio de articulação conjunta com o poder público e organizações não governamentais.

2. O CLUBE DE MÃES E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PINDOBA

Geralmente as investidas em campo são permeadas de surpresas, acasos, angústias ou decepções, as quais marcam a entrada e/ou escolhas das pesquisadoras em seus respectivos campos de pesquisas. Quando lemos trabalhos cujas propostas consistem em apresentar as ações e escolhas, o sujeito pesquisador começa falando sobre o vínculo com pessoas e o campo por meio de longas narrativas, convidando-nos a mergulhar nos bastidores de suas pesquisas.

Nessa perspectiva, Alinne Bonetti e Soraya Fleicher (2007)² mostram como as diversas experiências de jovens pesquisadoras em formação relacionam-se com a subjetividade. Assim, o que trago aqui é minha tentativa de pensar o objeto de pesquisa a partir de minha percepção construída ao longo do percurso. Essa perspectiva ampliou meus questionamentos para além do “protagonismo feminino” no Clube de Mães, reencaminhando os rumos do trabalho.

2.1 Chegando à Pindoba

Em setembro de 2019, já no primeiro ano do mestrado em curso, analisei algumas questões para reformular as ideias apresentadas na proposta da dissertação. Em virtude disso, precisava retornar ao campo de pesquisa para iniciar o processo de descrição e conhecimento do meu objeto de pesquisa.

É importante destacar que no início tentei estabelecer contato com uma das lideranças locais. Pelo fato dela ser uma das fundadoras do Clube de Mães, e por já ter sido presidente, imaginei que ela poderia ser minha principal informante. Fiz trocas de mensagens algumas vezes, com a esperança que ela pudesse me apresentar, a partir de sua visão, o Clube e suas relações com o entorno. Entretanto, ela mantinha uma agenda bastante ocupada e sugeria, sempre que eu dizia que iria ao local, que “vamos ver outro momento”³, indicando a necessidade de postergar minha ida. A expectativa inicial de adentrar esse campo com uma liderança foi frustrada, pois a

² As autoras apresentaram as saias justas e jogos de cintura pelas quais pesquisadoras tiveram que passar durante a realização de seus trabalhos de campo-dissertações e teses. As formas de negociação são relatadas, no intuito de mostrar as vivências inesperadas que podem acontecer nas etapas iniciais das pesquisas (BONETTI, FLEISCHER, 2007).

³ Algumas frases e expressões entre aspas duplas reproduzem fala dos sujeitos em conversas colhidas.

presidente do Clube não pode me conduzir pelo campo de pesquisa. Depois a pandemia inviabilizou a possibilidade de estreitamento de possíveis laços.

Cheguei ao Clube de Mães em uma manhã de sábado. Quando entrei pelo portão, notei uns *banners* com o anúncio de um projeto denominado *Renda Cidadão*, logo na entrada da creche, ao lado do Clube. A creche possui um salão amplo com cadeiras infantis, um bebedouro, dois banheiros e uma sala pequena que servia pra guardar materiais avulsos. Naquele dia, havia uma mulher com uma camisa identificando uma vinculação junto à Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), uma técnica do Estado – eu pensei –, que iria dar uma palestra naquela manhã. Junto com ela, havia mais duas mulheres: uma estava varrendo o salão da creche, e a outra organizando as cadeiras para receber os/as ouvintes. Fui em direção à técnica da SAF, que se chamava Ana. Aproximei-me dela, apresentei-me e disse que estava fazendo uma pesquisa sobre as mulheres do Clube de Mães, e que estava feliz por ter chegado no dia desse evento. Diante de minha colocação, a técnica respondeu-me de que achava legal alguém querer pesquisar sobre a comunidade.

Nesse momento, ofereci-me para ajudá-las nas atividades. Era uma oportunidade de aproximar-me do local. Perguntei a Ana sobre o programa que estava sendo organizado. O Clube de Mães operava o Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF) e atendia pequenos agricultores locais desde 2015. Nesse grupo em especial, havia vinte pessoas – público-alvo do *Renda Cidadão* são as mulheres do PROCAF. As organizações de agricultores, sem fins lucrativos, inscrevem-se para o edital – via chamada pública – para concorrer à seleção, destacou a técnica que estava como coordenadora de mercados institucionais da SAF. Percebi que um dos primeiros aspectos na articulação dos sujeitos envolvidos no processo de compra direta da alimentação escolar é um bom diálogo entre secretarias e as organizações que comercializam os produtos.

Eu tomei conhecimento da existência do Clube de Mães por meio de Sol – uma colega de graduação em Serviço Social, que já havia morado uma época na comunidade próxima da Pindoba–Mojó. Sol sempre comentava de um movimento de mulheres a partir desse Clube de Mães. Lembro que em seus comentários, Sol reforçava a ideia da autonomia das mulheres e as palavras que mais se repetiam eram “protagonismo de mulheres, empoderamento, autonomia econômica e as mulheres do clube de mães”.

Em setembro de 2018, quando eu liguei para Sol e dialogamos sobre nossa

turma formada em 2016 e sobre mercado de trabalho, contei a ela que queria fazer o seletivo do mestrado na UFMA, pensando em pesquisar sobre o protagonismo daquelas mulheres do Clube de Mães que ela tanto falava durante nossa graduação. Então, ela entregou-me o número de telefone da mulher que segundo ela seria a principal responsável pelo Clube de Mães, ou como ela me disse: “Concita é bastante atuante e responde pelo Clube”.

Eu estava certa, inicialmente, de que realizaria minha pesquisa sobre protagonismo feminino, temática apresentada no projeto de mestrado. No mesmo dia, liguei para Concita me apresentando, expondo os motivos daquela ligação. Disse a ela que eu era estudante e assistente social, e que haviam me falado que elas eram bastante engajadas na comunidade, e uma colega, que estudou comigo na faculdade, havia reapassado o contato, pois eu gostaria de conhecer as mulheres do Clube de Mães. Naquele momento, Concita respondeu-me de forma evasiva, afirmando que não poderia falar nada pelo telefone, apenas pessoalmente. Refleti e pensei que talvez não tivesse sido compreendida, uma vez que ela me pareceu ríspida na ligação. Será que me faltou prestreza? Afinal, eu era uma estranha que estava querendo buscar informações sobre participação de mulheres locais em uma instituição civil e ela me pareceu desconfiada.

Estava se aproximando o processo seletivo do mestrado e minha ansiedade só aumentava. Eu precisava fazer um levantamento inicial, ir até o bairro para conhecer de perto a associação e ter contato com algumas das mulheres e, então, poder escrever um projeto de pesquisa. Então, ocorreram-me algumas indagações: Por que esperar a ligação de Concita para eu ir até a Pindoba? Como não pensei em ir logo? Será que devo esperar um pouco mais? Existe uma entrada ideal em um trabalho de campo? Um momento oportuno? E se ninguém quiser falar comigo? Afinal, eu não conheço ninguém no local. Além disso, esse objeto não é um desdobramento do meu trabalho monográfico ou algo parecido.

Com todas essas dúvidas em mente, em uma manhã de sábado de setembro, peguei o coletivo Pindoba/Porto, depois de pouco mais de uma hora de espera no Terminal de Integração do bairro Cohab, a única linha de transporte público que faz o percurso nas principais ruas da comunidade. Uma sensação de estranhamento vinha-me ao observar o ônibus aparentemente sucateado, em péssimas condições de uso ou como costumamos dizer “caindo aos pedaços”. Isso me fez pensar na situação do transporte coletivo em zonas rurais, sendo motivo frequente de protestos pela

população, devido à ineficiência de manutenção e/ou quantidade insuficiente para atender os moradores, uma realidade em de São Luís, tanto na zona rural quanto no restante da cidade. Sentei-me em um banco próximo à cobradora de ônibus e disse a ela que eu estava indo para a rua Tia Bia, na Pindoba, mais especificamente para o Clube de Mães, ao que ela respondeu-me que avisaria assim que chegássemos.

Para chegar até a Pindoba, um dos percursos é pelo bairro da Forquilha para ter acesso a MA-202, que também se conecta com a MA-201 ou Estrada de Ribamar, no trecho conhecido popularmente como Estrada da Maioba. No processo de observar as coisas ao longo do caminho, é perceptível a configuração socioespacial assumida às margens da estrada na região metropolitana de São Luís. O que eu observava era um processo de expansão imobiliária a qual pressupunha uma valorização da terra com construções de condomínios residenciais. Acredito que grande parte das pessoas encontra nesses financiamentos a oportunidade de conseguir a moradia própria, e, talvez, isso tenha alterado a dinâmica de adensamento populacional nessas rodovias. Depois de um trajeto de quase quarenta minutos, cheguei ao meu destino.

Pindoba é uma comunidade que compartilha elementos de uma área rural, cujo destaque está nos potenciais naturais de vegetação abundante. A paisagem é composta por grandes terrenos, sítios e chácaras. Os terrenos, além das casas, em sua maioria, correspondem a espaços de pequena produção familiar de frutas e hortaliças. Entre os produtos mais comuns que se pode notar destacam-se: alface, manga, coco, cheiro verde, banana e tomate.

O caminho pelas principais ruas da Pindoba, por onde a linha de transporte faz o percurso, era marcado por um trajeto empoeirado de terra vermelha. Uma reconfiguração de que, em período chuvoso, a população vivenciava transtornos com ruas quase intransitáveis, lama e buracos que, vez por outra, ocasionam acidentes. Minha formação em Serviço Social proporciona um olhar para o que entendi ser um local que põe em relevo dinâmicas dos elementos de infraestrutura, por meio das quais os sujeitos têm acesso a serviços sociais e urbanos. Reafirmo que esse era um dos pontos que gostaria de destacar quando iniciasse a realização do trabalho, o pensamento e discernimento de assistente social, pensando nos mandatários da assistência social⁴.

⁴ Aldaiza Sposati (1991) examinando os direitos – dos desassistidos sociais –, indica que, o campo da assistência social em que assenta, os programas assistenciais nos três níveis da Federação cobrem amplo espectro de atividades: da alimentação à moradia; do recém-nascido ao idoso; do lazer à

Ao chegar à rua Tia Bia, a cobradora sinalizou-me e desci no meu destino, o Clube de Mães. Ao aproximar-me do Clube de Mães, minhas dúvidas foram desaparecendo e minha intuição de que seria possível falar com alguém ganhava espaço. Na entrada havia um portão de madeira com uma cerca de arame farpado, demarcando o local. Sua estrutura era composta, além do prédio, por um terreno amplo com pés de cajus na frente, ocasionando uma sensação de conforto térmico com suas sombras. No terreno, encontra-se a creche comunitária “Tia Dedê”, e à direita da creche está o Clube de Mães, mais especificamente ao fundo da creche. Fiquei alguns segundos observando o local e entrei.

Figura 1: O Clube de Mães de Pindoba.



Fonte: Autora (2019)

Ao aproximar-me, percebi uma movimentação de mulheres chegando e saindo, carregando embalagens de madeira e de plástico com hortaliças, frutas e legumes. Recordo que, naquele momento, chamou-me a atenção o fato de ver apenas mulheres. Na porta de entrada do Clube havia uma senhora, para quem eu perguntei se estava acontecendo algum evento, ao qual fui informada que “hoje é dia de venda” do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Já sabia algo sobre o PNAE. Trata-se de uma importante política pública de alimentação e nutrição no contexto escolar, sendo um programa que foi pensado para amenizar um cenário de fome e desnutrição, entendido como graves problemas de saúde pública, na década de 1950. Nessa perspectiva, para seus formuladores, o PNAE ofereceria ações que se desdobrariam na oferta de alimentação escolar,

assistência jurídica. Não distinguem usuários que lhes sejam próprios daqueles já cobertos por outros programas e políticas sociais.

educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica.

Tive a impressão que eu estava no lugar certo: uma associação de mulheres que colaborava na operacionalização de uma política pública tão importante. Eu, assim que entrei, fiquei observando aquela intensa atividade: havia aproximadamente cinco mulheres que, na ocasião, estavam sendo as responsáveis em receber os produtos e conferir uma espécie de tabela – a respeito dos produtos produzidos por elas. Ao observar a estrutura do local, percebi que era um espaço pequeno e com pouca iluminação, que há tempos não recebia uma pintura, e/ou reforma. Os produtos que chegavam eram colocados em um plástico no chão, sendo separados posteriormente para serem entregues nas escolas.

Após deparar-me com uma leve sensação de desconforto, por estar sozinha, tentando construir um campo de pesquisa, aproximei-me e perguntei para uma senhora qual delas era Concita. Pude observar que Concita se destacava por estar à frente da organização e distribuição dos produtos – ela certamente não iria poder falar comigo naquele momento, eu pensei. Dessa maneira, as descrições que trago estão, de certo modo, carregadas de minhas percepções e movidas pelo desejo de conhecer um universo empírico que, para mim, era desconhecido.

Tornava-se compreensível para mim que o Clube de Mães funcionava como um espaço receptor de produtos, com envolvimento de vários sujeitos que, de alguma forma, os motivava a participar daquela ação. Havia a pessoa incumbida de fazer a inspeção e separar todos os produtos de acordo com a quantidade para cada escola e essa pessoa seria Concita. Lembrei da colocação da Sol, quando me falou que “Concita que responde pelo Clube de mães”. Pela primeira vez, eu estava frente a frente com Concita, depois de nossa conversa curta pelo telefone. Era uma mulher negra que aparentava ter pouco mais de 50 anos de idade. Lembro-me da forma como ela dirigia o grupo com pulso firme e de como isso prendeu minha atenção – no sentido de estar à frente das atividades, conduzindo a dinâmica das vendas e que, de certa forma, todos (a) consentiam acerca dos direcionamentos ali prescritos –, o que sob o meu olhar, poderia destacar Concita como uma porta-voz⁵ – talvez autorizada pelo grupo – do Clube de Mães.

⁵ Pierre Bourdieu (2008), fala que “O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (p. 89).

Esperiei uma oportunidade e fui em sua direção. Pessoalmente ela parecia estar mais receptiva. Apresentei-me a ela: “sou a Jaqueline, que falou com você por telefone na semana passada. Vim conhecer o Clube de Mães e as mulheres”. Ela me disse:

Como tu pode ver, o PNAE é nosso carro forte [...] Aqui, a gente trabalha não só a questão da mulher, dela ter seu dinheiro, de sua valorização, ter sua autonomia em vender para nosso programa, mas a valorização da nossa comunidade [...] depois, vê outro momento e tu vem aqui (Concita, presidente do Clube de Mães da Pindoba)

Muito lentamente essa percepção foi tornando-se compreensível para mim: da importância de programas e projetos naquele espaço. Cheguei ao Clube de Mães na experiência de “venda” do PNAE. Esse momento relaciona-se com minha proposta inicial de construir um projeto de mestrado no qual falasse sobre protagonismo de mulheres. Acredito que a fala da Concita, sobre “vender para nosso programa”, constituiu-se como um dos motivos de minha busca epistemológica, aliado à transição em construir um projeto sobre mulheres.

Essa experiência levou-me a pensar no caráter constitutivo do Olhar, do Ouvir e do Escrever em ciências sociais, apontado por Roberto Cardoso de Oliveira (1996). Ele mostra como esses atos cognitivos passam, de certo modo, a assumir um sentido de natureza epistêmica embasada no que logramos construir. Segundo o autor, isso ocorre devido à dinâmica do esquema conceitual disciplinador apreendido durante o nosso itinerário acadêmico, que pode se relacionar muito mais com a nossa forma de observar a realidade.

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo (ou no campo) esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo [...] (OLIVEIRA, 1996, p. 15).

O mesmo “encanto” que senti em vista da possibilidade de escrever sobre protagonismo de mulheres naquele Clube de Mães, confirmou-se durante os primeiros contatos com as leituras que falam sobre o tema. A busca por trabalhos que dialogassem sobre a participação de mulheres em Clube de Mães e/ou associações de bairros, que são retratadas de maneira muito assertiva ao introduzir o debate do protagonismo feminino e engajamento na construção de movimentos popular, em destaque para os Clubes de Mães – em sua segunda característica – como poderá

ser melhor descrito nas sessões seguintes deste trabalho.

O desenho que tinha do Clube de Mães era de um espaço marcado por mulheres engajadas na afirmação do protagonismo – mesmo que eu não soubesse como –, sobremaneira atuantes em causas feministas. Talvez as leituras que traziam poderiam influenciar, o que no princípio poderia ser esse espaço, sobre o papel das mulheres na sociedade ancoradas em debates que vão na direção de pensar representações sociais, de forma mais genérica. Na verdade, quando ouvi da minha colega “autonomia econômica, mulheres do clube de mães” e chegando no dia da “venda do PNAE”, que sustentava de alguma forma minha hipótese, que momentos depois poderia ser refutada.

Se por um lado, o encantamento pela oportunidade de escrever sobre protagonismo de mulheres, com o ingresso no mestrado, justificava minha escolha, por outro vivenciei momentos de euforia e de desespero – por várias vezes –, ao tentar me questionar qual era a relevância do objeto em questão. Invariavelmente ao iniciar o processo, entendi que somente o olhar não seria suficiente para destacar essa relevância, visto que eu necessitaria de uma experiência concreta para fazer o recorte da pesquisa.

Reafirmo que quando ingressei no mestrado, o objetivo era compreender como as ações realizadas por mulheres produzem ou não efeitos sobre essas vidas e, de que forma o protagonismo feminino se fazia presente naquele Clube de Mães. A partir desse ponto, eu suscitava algumas questões: “Seria por meio do PNAE? Ou outro programa voltado para o protagonismo?”. Para ser mais precisa, algumas questões passaram a movimentar a perspectiva do projeto de mestrado. Como as mulheres se relacionam com o grupo? Quais saberes circulam entre elas? O que as levou a participarem desse Clube? Quais suas motivações? O que a princípio parecia ter sido uma visita preliminar ao campo de pesquisa, havia contribuído para algumas mudanças no percurso do trabalho.

Geralmente as investidas em campo são permeadas de surpresas, acasos, angústias ou decepções, elementos esses que marcam a entrada e/ou escolhas das pesquisadoras em seus respectivos campos de pesquisas. Quando lemos trabalhos cujas propostas consistem em apresentar as ações e escolhas, o sujeito pesquisador inicia destacando o vínculo com pessoas e o campo por meio de longas narrativas, convidando-nos a mergulhar nos bastidores de suas pesquisas.

Nessa perspectiva, Alinne Bonetti e Soraya Fleicher (2007)⁶ mostram como as diversas experiências de jovens pesquisadoras em formação relacionam-se com a subjetividade. Assim, o que trago aqui é minha tentativa de pensar o objeto de pesquisa a partir de minha segunda percepção. Essa segunda experiência a qual me refiro influenciou a forma como se deu meu questionamento, para além do “protagonismo feminino” no Clube de Mães, reencaminhando os rumos do trabalho.

Em setembro de 2019, já no primeiro ano do mestrado em curso, estive repensando algumas questões para reformular as ideias apresentadas na proposta da dissertação. Em virtude disso, precisava retornar ao campo de pesquisa para iniciar o processo de descrição e conhecimento do meu objeto de pesquisa e, assim eu fiz.

Ao retornar ao Clube de Mães em setembro de 2019, deparei-me com o cenário de implementação de um projeto, o *Renda Cidadã*, que possuía um eixo sobre o resgate histórico das lutas de mulheres por condições de trabalho iguais aos homens, com foco para os processos de produção das agricultoras. Nessa ocasião, identifiquei a possibilidade de me aproximar de uma das principais interlocutoras da pesquisa, na perspectiva de estreitar diálogos. Acredito que minha tentativa de criar uma simples estratégia de participação no projeto rendeu-me bons frutos. No final daquela manhã, Concita convidou-me para visitar a sua casa e pegar um documento, o Estatuto do Clube de Mães, que segundo ela, me auxiliaria a entender as ações que são desenvolvidas. Presumo que foi uma forma de retribuição pela minha contribuição durante a entrega de *kits* naquela manhã.

Depois dessa segunda visita ao Clube de Mães, vi-me frente à abertura de um projeto voltado para o estímulo à produção local – conforme pontuei – e deparando-me com uma questão que talvez pudesse mudar minha forma de olhar para o que se delimitaria como meu tema de pesquisa: o entusiasmo das mulheres sobre programas, projetos e o acesso a financiamentos pelo poder público. Apesar de não estar em meu ofício como assistente social, esse contexto fez-me refletir sobre a agenda política de sujeitos que executam políticas públicas e tarefas em parceria com o Estado, além da interface com as atividades desse Clube.

Dessa forma, refleti sobre o que Concita havia me dito: que “o Estatuto poderia

⁶ As autoras apresentaram as saias justas e jogos de cintura pelas quais pesquisadoras tiveram que passar durante a realização de seus trabalhos de campo – dissertações e teses. As formas de negociação são relatadas, no intuito de mostrar as vivências inesperadas que podem acontecer nas etapas iniciais das pesquisas (BONETTI e FLEISCHER, 2007).

ajudar”, e assim eu recorri ao mesmo. A partir de então, a possibilidade de estar com esse documento instigou-me a conhecer as atividades desenvolvidas voltadas para a implementação de políticas sociais. No artigo 1º do Estatuto do Clube de Mães, por exemplo, diz que a organização trabalha desenvolvendo ações junto à família, adolescentes, pessoas em situação de vulnerabilidade social e aos associados (as), com projetos de geração de renda, educação e saúde.

Comecei a compreender o Clube como um espaço que viabiliza a mobilização e execução de várias atividades, dentre elas as que se relacionam com políticas sociais. Assim, a presença de uma técnica do Estado fez-me reformular as ideias da pesquisa, pois eu intencionava entender de que forma o Clube tem acesso a tais políticas sociais, visto que trabalha em benefício de pessoas em situação de vulnerabilidade social, ressaltando tal proximidade em seu Estatuto.

Essa abertura de perspectiva sobre o objeto fez-me refletir sobre as etapas de uma pesquisa em seu cotidiano, as quais Roberto Cardoso de Oliveira (1974) classificaria como “pessoal ou existencial”⁷. Essa etapa marca minha prévia experiência de estar em uma dinâmica de um projeto e complementarmente refletindo sobre a ideia de implementação de políticas sociais e sua interface com as ações do Clube, se essa poderia ser uma das características que o mantinha atuante na comunidade.

Para além de questionar se havia ou não protagonismo, depois de minha segunda percepção, e de posse do Estatuto, queria identificar se havia relação entre ele e políticas sociais setoriais, e tentar verificar a existência de outras formas de acesso. Assim, dentre as questões que movimentam as reflexões deste trabalho, destacam-se o esforço de conhecer a estrutura e dinâmica dessa organização. Afinal, o Clube de Mães, desde a sua fundação, sempre possuiu características voltadas à proteção social, as quais se relacionam com o eixo da Política de Assistência Social, conforme o Estatuto explicita?

Isso me conduziu a outro questionamento que se interrelaciona ao primeiro: De que forma o Clube se mobiliza? Uma das respostas apresenta-se na renomeação ou alteração do Estatuto em 2017, quando recebeu o aditivo de agricultores e familiares

⁷ Nessa perspectiva, Cardoso (1974) fala que o pesquisador (a) se encontra dialogando com pessoas. Sua preocupação pode mudar subitamente das teorias mais universais para os problemas mais banais. Segundo o autor, são as lições que se deve extrair do próprio caso, por isso, ele denomina de dimensão globalizadora e integradora.

da Pindoba. Isso ocorreu porque, segundo a principal dirigente do Clube de Mães, “o Dutra⁸ queria boicotar a gente de participar do PNAE, alegando que a entidade não era de agricultores”. Considerando que a região da Pindoba é rural e as pessoas vivem com base na agricultura familiar, nota-se como esse eixo é fundamental para a área, e como o Clube amplia seu caráter de atuação junto aos agricultores (as), para se tornar um centro de comercialização. Logo, passa a congregar possibilidades para agir em programas voltados ao incentivo à agricultura familiar e na busca por recursos junto a instituições não governamentais. Além disso, o Clube atuaria também articulando junto a outros segmentos específicos, como crianças e adolescentes. Assim, uma das ideias que movimenta a construção deste trabalho é refletir a partir de quais estratégias o Clube de Mães e dos Agricultores Familiares da Pindoba consegue se mobilizar na comunidade.

2.2 Origem e histórias

O Clube de Mães, objeto de reflexão deste trabalho, encontra-se localizado na Pindoba, zona rural do município de Paço do Lumiar, sendo uma das localidades que constituem a região metropolitana de São Luís, com uma população estimada em 125.265 habitantes⁹, em uma área de 127,193 Km². Conforme dito, Pindoba destaca-se por apresentar uma área com bastante vegetação e que tem como principais atividades econômicas a agricultura familiar¹⁰, como será detalhado mais adiante. Antes de falar sobre o Clube de Mães e suas características, acredito que seja interessante discorrer sobre as características de ocupação histórica e os elementos culturais dos modos de viver na comunidade Pindoba.

Faz-se necessário mencionar alguns aspectos sobre estratégias e sentimentos que sobressaíram no contexto da pandemia. Assim, começo ressaltando as barreiras

⁸ Domingos Francisco Dutra, foi filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), de 1980 a 2013, presidindo o diretório do partido em São Luís e no Maranhão. Após experiência como deputado estadual e federal, tornou-se prefeito de Paço do Lumiar de 2017 até 2021, com filiação no PCdoB.

⁹ Informações obtidas no site do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/paco-do-lumiar/panorama>.

¹⁰ “Agricultura familiar” trata-se de um termo em constante disputa, que ao mesmo tempo exprime percalços e conquistas alcançadas por sujeitos diversos, dos espaços de delegação com sentidos transversais. Neves (2012) argumenta que como termo jurídico a agricultura familiar define a amplitude e os limites da afiliação de produtores (agricultores familiares) a serem alcançados pela categorização de usuários reais ou potenciais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

de realizar visitas de campo de pesquisa em 2020, em virtude do panorama mundial pandêmico, imposto pelo isolamento social, e com isso desencadeando uma crise sanitária e humanitária com seus impactos nas desigualdades sociais, dentre elas o colapso do sistema de saúde, milhares de mortes (e com isso, a angústia de um luto coletivo), agudização do desemprego estrutural e polarização política na formulação (ou não) de respostas imediatas para conter o acirramento da pandemia. Esses acontecimentos refletiram diretamente no direcionamento de muitas atividades que estavam em curso.

Diante de tantas incertezas dos rumos ou adiamento das atividades de pesquisa em campo, tentei criar algumas estratégias para não me afastar do processo da pesquisa por meio de atividades alternativas¹¹. Assim, dei continuidade à revisão de literatura, revisitei apontamentos que tinha feito durante as disciplinas do mestrado, participei de pequenas atividades de grupo de estudos com minha orientadora, assisti a bancas de defesas e qualificações de trabalhos por intermédio de plataformas digitais, para amenizar a sensação de incerteza sobre o cenário, e lidar com a fadiga e a ansiedade que ora se apresentavam.

Sem saber se era o momento oportuno, tentei retomar o diálogo com Concita no segundo semestre de 2020. Até aquele momento, ela era minha única interlocutora e estava mais distante de mim, pela própria falta de contato, o que me deixava ainda mais angustiada. Tentei investir em uma reaproximação por meio do aplicativo de mensagem, meio pelo qual trocamos poucas palavras (algumas vezes ela nem as respondia). A sensação que tinha era que a dirigente principal do Clube poderia estar com sua atenção voltada à campanha de uma de suas filhas, que estava se colocando para a reeleição como vereadora de Paço do Lumiar na comunidade.

Em conversa com minha orientadora, ela sugeriu que eu fizesse o exercício de dialogar com o material que dispunha: anotações, conversas e observações das minhas idas a campo, em 2018, 2019, e janeiro de 2020, para se possível avançarmos. Em momento anterior, a orientadora havia apresentado para mim a pesquisa de Paulo Linhares, na área do Direito, elaborado como trabalho de

¹¹ Podemos refletir sobre essa dinâmica em *As universidades nunca mais serão as mesmas após a crise do coronavírus*, parte 1 de uma série sobre ciência após a pandemia. Um dos trabalhos relevantes neste tema foi o especial intitulado “A ciência depois da pandemia”. Produzido pela revista Nature. A série de artigos mostra sobre o que deverá ou não mudar na produção do saber científico durante e após a crise provocada pela Sars-CoV-2 ou COVID-19.

conclusão de curso na UFMA, intitulado *A produção do espaço urbano e modos de vidas tradicionais na Ilha de São Luís/MA: aspectos jurídicos da luta pelo território na comunidade Pindoba* (2013). Lendo o Estatuto do Clube de Mães, tomei conhecimento do vínculo desse autor com as questões jurídicas da referida organização. Achei que seria uma boa oportunidade para entrar em contato com Concita na intenção de conhecer Linhares e assim tentar estabelecer um processo de interlocução prévia, visto que ele já havia feito pesquisa de campo na Pindoba, e poderia me fornecer algumas informações. Depois de um tempo, Concita, por sua vez, passou-me o número de telefone dele. Para mim (re) nascia uma expectativa que poderia encontrar um informante no percurso. Depois que conversamos, momento em que relatei todo processo de minha pesquisa, Linhares destacou que seu foco não foi o Clube, mas as questões que envolviam a perspectiva do Direito no território. Todavia, poderia contribuir com a minha pesquisa com informações gerais sobre o local, enviando-me um arquivo que ele dispunha.

A partir desse contato, obtive o arquivo com vários documentos - cartas, fotos, plano de ação do Clube de Mães, relatório de suas atividades no período de 1998 a 2006 e relatórios de projeto pedagógico *Descobrimos raízes*, e *Cultura de Pindoba*. Segundo Linhares, trata-se de uma compilação a qual ele havia feito no período de sua pesquisa e que os documentos físicos foram deteriorados com o tempo. Ao deparar-me com as informações, tentei incorporar as principais referências culturais de ocupação histórica da comunidade - ou sobre suas *heranças*, a partir do encontro do material apresentado - colocando-os em perspectiva com minhas observações realizadas em momentos iniciais da pesquisa, com a finalidade de apontar sobre a comunidade. Busca-se suporte com uma bibliografia da antropologia brasileira para a qual a perspectiva da escrita e os documentos são objetos fundamentais nas pesquisas, “realizadas, tanto nas repartições burocráticas quanto entre sujeitos, famílias e movimentos interagindo com determinadas finalidades” (FERREIRA E LOWENKRON, 2017, p. 07).

Conferindo destaque, conforme já dito, para a organização da coletividade dos sujeitos, o suporte material ressalta modos tradicionais de vida, as características culturais e religiosas da Pindoba, apoiando-se nos diálogos que eu estabeleci no decorrer da pesquisa para colher informações sobre pessoas, fatos ocorridos nessa localidade relacionados com a constituição do Clube de Mães. Remetendo a esses aspectos nas pesquisas sobre a tarefa de lidar com registros e peças documentais,

revelam os sentidos da dimensão material e estética dos documentos com suas nuances e conteúdos. Ao passo que a vida social dos artefatos em suas “formas de organização, manipulação, arquivamento e circulação” constituíram-se verdadeiros espaços de atenção nas abordagens (FERREIRA LOWENKRON, 2017, p. 08).

Busco inicialmente tecer informações sobre a ocupação histórica e os elementos culturais dos modos de viver na comunidade Pindoba, que se caracteriza como uma comunidade rural, composta em sua maioria por trabalhadores rurais e pescadores. Na sequência, serão apresentados o histórico e a fundação do Clube de Mães como espaço que circula diversas relações, inclusive de projetos e programas governamentais, que se constitui, no atual contexto, como a principal filosofia da finalidade dessas organizações comunitárias.

São Luís, capital do Estado do Maranhão, constitui-se, na atualidade, como uma grande aglomeração fruto do processo de produção do espaço urbano. A partir da segunda metade do século XX, intensifica-se o seu crescimento demográfico e conseqüentemente espacial, com reflexos significativos na apropriação do espaço urbano pela população (SANTOS, 2021). Nesse sentido, Paço do Lumiar, compõe a região metropolitana. É designada aos governantes a criação de regiões metropolitanas de acordo com suas especificidades locais e regionais, com configurações históricas, dentre elas as dinâmicas de infraestrutura e influências econômicas que uma cidade estabelece sobre os municípios. A imagem do mapa a seguir (Figura 4) fornece uma visualização dos três municípios próximos a São Luís.

Figura 2: Ilha do Maranhão



A cidade¹²

Fonte: Santos (2021).

de São Luís é o

¹² A cidade na concepção de Luís Eduardo Neves dos Santos pode ser entendida como produto da ação e dinâmica social de grupos humanos no espaço, e como “construção humana, produto histórico-

centro político-administrativo, a partir do qual se inicia o processo de ocupação para os demais municípios, concentrando as principais atividades administrativas e destacando-se turisticamente pela riqueza arquitetônica dos casarões que remete ao contexto colonial (ISMEC, 2018). Ela se destaca por suas manifestações culturais e religiosas diversas, com seus tradicionais grupos de bumba-meu-boi, tambor de crioula, características essas que lhe proporcionou, em 1997, o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Nesse sentido, destaca-se que o crescimento urbano de São Luís, em direção a outros municípios, constituiu-se, por intensos fluxos intermunicipais (ISMEC, 2018).

Essas regiões caracterizam-se por uma população economicamente ativa, com setor secundário e terciário concentrado em São Luís, onde estão as principais indústrias de transformação e comércio. Além do município de São Luís, destaca-se nos outros municípios da ilha a produção da horticultura e avicultura. A atividade pesqueira também é de grande importância, principalmente em Paço do Lumiar e São José de Ribamar, garantindo parte do consumo ao mercado interno (ISMEC, 2018).

Ao tratar sobre os processos de urbanização na ilha de São Luís em direção ao município de Paço do Lumiar, Linhares (2013) mencionou as questões enfrentadas na urbanização vivenciada enquanto problema de ordem estrutural. Tal perspectiva sugere ser pensada a partir de questões socioeconômicas e políticas decorrentes das diversas formas de apropriação do território, acentuando a produção e reprodução das desigualdades, em virtude das especulações imobiliárias, do avanço do agronegócio, do modelo capitalista de exploração e expropriação das populações de baixa renda.

Essa tendência seria apontada, em grandes cidades brasileiras, como uma suposta distribuição desigual de segmentos populares pelo espaço urbano. Santos (2021), por exemplo, fala da ideia de moradia como elemento de diferenciações espaciais enquanto divisor de classes sociais. Para esse autor, os pobres urbanos ou grupos dominados não estão em constante tensão com os padrões de produção e consumo no espaço urbano. Por isso ocupam áreas desfavoráveis, tais como,

social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado”, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. Essa construção humana de que fala o autor é um processo antigo, derivado de interesses e estratégias de certos grupos sociais em se apropriar de terrenos na cidade (SANTOS, 2021, p. 26).

habitação, loteamentos clandestinos e/ou irregulares, como encostas de morros, margens de cursos d'água, áreas próximas a lixões, dentre outras irregularidades; enquanto os grupos dominantes moram em áreas valorizadas e com maior infraestrutura.

Enquanto produto histórico de uma geração, São Luís, nasceu durante o período Colonial ainda no século XVII. Sua ocupação constituiu-se como estratégia da Coroa Portuguesa em impedir a invasão de nações inimigas em seu território. Durante a segunda metade do século XVIII, atingiu o seu apogeu econômico, tanto pela exploração do tráfico de escravos como pela produção e exportação de seu principal produto agrícola, o algodão (SANTOS, 2021). A dinamização da economia da cidade entre os séculos XVIII e XIX perpassava pela instalação de um comércio oriundo de produtos (artigos de luxo) importados da corte de Portugal. Em 1755, girava em torno da exportação de produtos regionais, tais como o arroz e o algodão.

Com as modificações da dinâmica urbana, os sujeitos começaram a vivenciar novas formas de se relacionar com suas diferentes modalidades de apropriação do território. Decorreu do abandono do modelo *plantation* escravocrata, em que os negros ex-escravizados libertos, mas sem terem recebido quaisquer indenizações ou possibilidades materiais para a reprodução da vida, estabeleceram as primeiras ocupações em bairros da capital. Houve, na virada do século XIX para o XX, um “surto industrial”, com a criação de indústrias têxteis que faliram entre as décadas de 1960 e 1970. Entre as décadas de 1970 e 1980, com a instalação da ALUMAR, consórcio firmado entre as empresas Billiton Metais S/A e Alcoa do Brasil S/A, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Celulose do Industriais como Maranhão (CELMAR), outro ciclo industrial se configurou no estado, mas com menor emprego de mão de obra (LINHARES, 2013).

Nesse sentido, observa-se que ocorreu um processo denominado de urbanização sem industrialização que tem se intensificado no século XXI. Esse fato relaciona-se ao aumento da população, uma vez que a expansão urbana se alastra para os demais municípios da região metropolitana da Ilha, tais como Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Assim, a periferização, enquanto um problema estrutural, apresentaria como reveladora de uma dinâmica que “combina a atuação do mercado imobiliário com a dinâmicas de políticas públicas urbanas” (LINHARES, 2013, p. 69).

Ao tratar sobre a dinâmica de expansão urbana de São Luís, Alcobaça (2013)

abordou que, na década de 1960, o espaço urbano foi fortemente influenciado pelas ações do “Plano Maranhão Novo”. Para além de investimentos econômicos no campo, fator que contribuiu para o êxodo rural rumo à cidade, com a instalação de grandes indústrias com o discurso de modernização da economia, (tais como a ALUMAR), várias pessoas que sobreviviam da agricultura familiar foram em busca de novas oportunidades na capital do Estado. Essa característica foi incorporada pelas elites da época para elevar a economia do Maranhão com mão-de obra urbana. Em São Luís, a área utilizada para compor o eixo urbano-industrial foi o Itaqui/Bacanga¹³, com objetivo de transformar o espaço urbano em pólo da indústria da construção civil e de empresas imobiliárias.

Para Santos (2021), essa lógica acontece de forma sincrônica, já que, à medida que o espaço urbano se verticaliza na cidade, também cresce de forma horizontal uma massa de marginalizados em direção a sul, sudeste e sudoeste de seu território, para municípios vizinhos de São José de Ribamar, representados por bairros como o Turu, Santa Rosa, Itapiracó e Parque Vitória. Esses bairros absorveram condomínios de baixo e médio padrão, os quais Santos (2021) chama de verticalização de massa, mediante segregação no tecido urbano.

Sugere a partir de tal perspectiva pensar que a tendência da especulação imobiliária em virtude da verticalização do crescimento urbano se relaciona ao forte crescimento da construção civil. A dinâmica de verticalização nos principais bairros de São Luís, tais como São Francisco, Kennedy, Areinha e Renascença, fez com que pessoas que ali moravam, migrassem para outras áreas, geralmente mais distantes, evidenciando o processo de gentrificação nessas regiões (BARBOSA, 2016). Outro fator que conferia a dinâmica de verticalização seria a constituição de microbairros, observada nas pesquisas de Antonio Carlos Leite Barbosa¹⁴ para indicar o processo de mudança social na cidade periférica. Nesse sentido, sugere Barbosa (2016) uma contradição no tecido urbano: a população de baixa renda sem serviços de

¹³ No governo Sarney (1966-1970) esta área é eleita como um espaço estratégico para o processo de modernização conservadora pelo plano de governo denominado “Maranhão Novo”. Além dos projetos industriais e do porto do Itaqui, a região seria contornada pela construção de conjuntos habitacionais para a mão-de-obra requerida pelas indústrias que iriam se implantar na região (ALCOBAÇA, 2013).

¹⁴ Em “*Gentrificação e expansão urbana em São Luís, MA*”, o autor mostra a discussão teórica e empírica sobre o fenômeno e sua expansão urbana em São Luís, considerando as transformações socioespaciais compreendida, entre os bairros do São Francisco até o Calhau, áreas consideradas nobres da cidade. Posto que a mudança de perfil social e econômico nos últimos trinta anos vem mudando o tecido urbano, ocasionada pela força do capital imbricado na especulação imobiliária com a inserção de novos empreendimentos, modificando a paisagem urbana (BARBOSA, 2016, p. 02).

infraestrutura urbana de qualidade, ou investimentos nos setores da saúde, do lazer e da segurança pública, e em áreas nobres, observaria boas escolas, serviços de infraestrutura urbana adequada, lazer e esportes, saneamento e segurança.

Para essas abordagens, a segregação no espaço intraurbano brasileiro apresentou-se por meio do esquema centro-periferia. Apesar dos diversos contextos que formam cada uma das metrópoles nas cidades, cada espaço possui sua própria dinâmica. Tal perspectiva identificaria populações de baixa renda em áreas distantes e em condições de vida mais ou menos precárias, enquanto uma minoria habita bairros centrais dotados de maior infraestrutura, conforme apontado por pesquisas. Isso sugeria a ideia de pensar que a realidade de São Luís, em bairros, como Anjo da Guarda, Coroadinho, São Cristóvão, Cidade Operária e Pedrinhas, Divinéia e Vila Luizão, a partir da década de 1970 a 1990, insere-se no processo de expansão urbana, a qual foi sendo ocupada de forma descontrolada e/ou pouco assistida pelo poder público.

Nesse sentido, o crescimento urbano, iniciado a partir da década de 1970, mostra a ideia de uma expansão territorial que, por sua vez, teria ocorrido sem o acompanhamento de políticas que norteiam o planejamento urbano. Sugere Barbosa (2016) que essa dinâmica foi uma tendência global, e muitas ações foram adequadas ao aspecto econômico, na medida em que permitiam a hierarquia polarizada da rede urbano-industrial, quando relacionada à territorialidade mediante políticas públicas que focalizam ações em determinada localidade.

O campo temático da moradia na produção brasileira em antropologia sugere um caminho para pensar o caráter político dos problemas enfrentados pela população nas grandes cidades (Zaluar, 1985; Durham, 1997). Convém ressaltar que a contribuição de tais estudos se deve ao fato “[...] do que é cotidiano e familiar em nossa sociedade urbana ou que constitui reminiscência de um passado recente”. Essa abordagem sugere também compreender o modo de vida dos bairros da periferia, das favelas, do catolicismo tradicional e/ou das comunidades de base (DURHAM, 1997, p. 17)¹⁵. Atualmente deve-se destacar, ainda, a capilaridade social das múltiplas religiosidades evangélicas em todas as periferias brasileiras. Diversas ocupações no

¹⁵ Ao escrever sobre a pesquisa antropológica com populações urbanas, Eunice Durham sugere que, a qualidade de tais produções está vinculado ao fato de que, hoje, as supostas minorias desprivilegiadas emergem como novos atores políticos, organizam movimentos e exigem uma participação na vida nacional da qual estiveram secularmente excluídos (DURHAM, 1997).

espaço de São Luís, em direção a outros municípios, podem ter relação com a dinâmica territorial sinalizada na década de 1970. No entanto, há comunidades que construíram suas histórias tradicionais de ocupação as quais se revelam em seus modos distintos de apropriação do território. Essa ideia é interessante para entender e descrever as características da comunidade Pindoba.

Situando-se em uma área com forte vegetação, Pindoba, - nome originado de uma palmeira pindova, com grandes folhagens, é um lugar de muita palha usado para cobrir as casas “que era cercado com muito verde, seus caminhos de muita alegria e paz”, as pessoas viviam da pesca e da lavoura¹⁶.

Dona Sinhá, de 84 anos, nascida e criada na comunidade, conta que nasceu no “começo da Pindoba”, porque antes “era só mato... era uma casa aqui, uma ali. Um caminho muito deserto da gente andar”. Segundo ela, “não tinha energia, e nem querosene, e agora, nós não consegue ficar sem”, destacou com um sorriso tímido no rosto. Ela refere-se ao começo da Pindoba porque, com o processo de povoamento e formação de loteamentos, o local foi se expandindo com o tempo. Foram chegando novos moradores e os que tinham terras, faziam doações.

Com essas características, surge a comunidade com denominação Pindoba, cuja propriedade, segundo informações locais, era do senhor Major Isidoro Manuel Ferreira de Melo, que remonta aos anos de 1900 a 1910. Com problemas de saúde, e já debilitado, em 1912, Isidoro dirigiu-se ao cartório de notas mais próximo, deixando terras e outros bens para seus familiares para que pudessem construir suas vidas.

Um documento intitulado *Levantamento da cadeia dominial das terras da propriedade da família Mello* forneceu-me uma observação. “[...] o sítio Pindoba com casa de vivendas e demais benfeitorias existentes, gado de vacuma, acessórios de lavoura e uma casa na capital [...]”. Assim, após a morte de Isidoro, as terras foram vendidas e/ ou ocupadas por pessoas de outros lugares, a maioria de municípios como Icatu e São José de Ribamar. Desse modo, a geração foi passando de uma para outra mantendo relações de parentesco, vizinhança, construindo laços de afetividade.

Segundo relatos de Dona Sinhá, os moradores mais antigos contavam que descendiam de um homem que comprava os escravos e “colocava todos em seu nome”. Ela lembra que o pai de sua mãe vivia dizendo que Isidoro era “dono de toda a terra”. Além disso, a grande quantidade de negros que moram na comunidade, fez

¹⁶ Trecho retirado do relatório de trabalhos projeto intitulado: “Descobrimos raízes”, executado na escola Tia Bia, na comunidade em 2004.

com que, antigamente, fossem chamados pelos moradores de Iguaiá e/ou Mojó de africanos. Parece, portanto, ser oportuno mencionar que os moradores de Pindoba guardam em suas memórias laços de parentesco com o senhor Isidoro de Mello, identificação passada de geração a geração. A criação e manutenção dessa memória comum à comunidade, evocando laços de parentesco e de pertencimento racial, poderia oferecer uma articulação com a ideia proposta por Carsten, de “um reino imaginativo para pensar, parcialmente ou de forma especulativa sobre quem somos nós e o que podemos ser no futuro, ou com a geração do passado” (Carsten, 2014, p. 140).

A comunidade possui um equipamento público de saúde ofertando os principais serviços de atenção primária para os moradores, localizado na rua principal da comunidade. A primeira escola de educação básica para as crianças no local foi a *Tia Bia*, que levou esse nome em homenagem à ex-prefeita do município, Bia Venâncio. O relatório mostra que a história da unidade de ensino começou com um grupo de vizinhos, Concita, a minha interlocutora central e liderança do Clube de Mães, Chiquinho e Zé de Alzira, que, incomodados com a ausência de escola na comunidade, decidiram ocupar um terreno e construir a escola, em 1995. Mobilizaram pessoas para limpar o terreno e com doações construíram o espaço. No início, os professores eram voluntários e, com o passar do tempo, Concita articulou com dona Bia, a então prefeita, para buscar recursos, a fim de manter e pagar os professores. Com o fechamento da escola comunitária “Tia Bia”, a comunidade recebeu escolas da esfera municipal de educação básica, cujo nome permaneceu Tia Bia, bem como o nome da rua onde está localizada. Essa informação foi confirmada por uma das fundadoras da escola, Concita, quando lá eu estive.

Ainda era possível contar com uma creche, até 2019, gerida pelo Clube de Mães. Inaugurada em 2004, a creche Tia Dedê (em homenagem à professora dona Deca, já falecida) é uma instituição de educação comunitária que atendia crianças de dois a cinco anos de idade. O valor da mensalidade era R\$ 20 e as aulas aconteciam no turno da manhã. O espaço interno da creche é amplo, possui um banheiro, uma copa, onde é feita a merenda dos alunos, e uma pequena biblioteca comunitária. A creche possui uma arquitetura pedagógica com armários e cadeiras de linha infantil. De acordo com informações, a creche esporadicamente recebia doações de uma vereadora da comunidade. Quando eu estive lá, fui informada que a creche deixou de funcionar no segundo semestre de 2019, por falta de recursos. Destaco aqui a

importância da articulação de lideranças locais com representantes da política institucional. Há demandas específicas da comunidade e há devoluções, quase sempre de caráter pontual e assistencialista, de vereadores(as) e prefeitos(as). Percebe-se aí uma rede de dádivas sendo constituída e alimentada, abrindo espaço para a formação de importantes campos eleitorais locais .

Um elemento cultural forte na comunidade é o Bumba Boi da Pindoba. Quando eu estive no local, visitei o Boiódromo da Pindoba, inaugurado em 2006, pelo então governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares. Um espaço cultural construído para fortalecer uma das brincadeiras mais prestigiadas pelos moradores, mas aparentemente pouco usado pela população. Mas Dona Ninzinha, de 60 anos de idade, que mora no espaço (e é uma das representantes do Boi), lembra que depois que a brincadeira de Bumba meu Boi surgiu, no ano de 1890 pelo seu fundador, o senhor Emetério, a comunidade passou mais de “30 anos sem se alegrar com o festejo de São João”. Ela tem a lembrança registrada nos documentos históricos: “a comunidade sentia falta, e decidiram reativar o boi. Com a realização de vários bingos, conseguiram comprar indumentárias e os materiais de percussão”.

No local, tinha pequenos comércios, onde geralmente tinha uma mesa com frutas e hortaliças à venda nas portas das casas. Não havia serviços bancários, farmácias, supermercado de grande porte e/ou delegacia. Essas atividades eram realizadas em Paço do Lumiar ou Ribamar. No segundo semestre de 2021, a prefeitura fez-se presente na comunidade para dar início a serviços relativos à pavimentação, com cerca de 4 quilômetros de extensão. Trata-se de trechos que interligam a comunidade Pindoba e Iguaíba. Essa obra recebeu a implantação de bueiros, para auxiliar o escoamento de águas pluviais. As intervenções inserem-se no âmbito do programa *Mais Asfalto* do Governo do Estado do Maranhão por meio de parcerias entre prefeitura de Paço do Lumiar e Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid).

Na mesma ocasião, representantes do Estado ligados ao PSB¹⁷ entregaram para a prefeita do município, filiada ao PCdoB¹⁸, 4.700 cestas básicas do programa *Comida na Mesa*, e 35 kits de feiras, com caixas, equipamentos, barracas e 05 kits de irrigação para a população das zonas rurais. Além disso, mais de 2.300 materiais esportivos da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer - SEDEL foram ofertados.

¹⁷ Partido Socialista Brasileiro.

¹⁸ Partido Comunista do Brasil.

Gilberto Velho (2001) fala que nas sociedades complexas moderno-contemporâneas, a articulação de mobilizar recursos é fundamental para realizar projetos individuais e grupais:

O Estado e o poder público em seus diversos níveis articulam boa parte dessas redes de distribuição e alocação de recursos materiais e simbólicos, interagindo permanentemente com a chamada sociedade civil. Os indivíduos em geral, mais ou menos organizados, categorias, grupos comunitários e movimentos sociais participam desse complexo processo de demandas, reivindicações, pressões e contrapressões (VELHO, 2001, p. 26).

Além disso, na comunidade há práticas e templos religiosos Afro-brasileiros, Católicos e Evangélicos, a saber: duas Igrejas Católicas (Igreja de Santa Luzia e de São Francisco), uma Assembleia de Deus, uma Adventista do Sétimo Dia e dois de matriz africana. Registra-se que a festa de Santa Luzia (padroeira da comunidade) se originou com uma procissão, cuja promessa dona Bernadina, moradora local, que na época comprou uma imagem da santa após ser curada de um problema de saúde.

Em uma das vezes que estive na comunidade em 2019, conversando com Concita, perguntei se ela poderia me apresentar uma das moradora mais antigas para que pudesse conversar um pouco e conhecer sobre as histórias da Pindoba. Diante de meu pedido, Concita disse-me que tinha dona Sinhá sobre as “histórias da santa”, e informou-me mais especificamente onde se localizava a casa da moradora. A rua onde dona Sinhá morava ficava um pouco afastada do Clube de Mães. Recordo que naquela manhã já se aproximava o horário de almoço e geralmente as pessoas costumam estar em atividades domésticas - pensei não ser um momento oportuno e decidi que retornaria no dia seguinte pelo período da tarde.

Logo que cheguei à casa (conforme Concita havia descrito), vi uma senhora sentada em uma cadeira de balanço. Apresentei-me explicando que eu estava fazendo uma pesquisa sobre o Clube de Mães da Pindoba e gostaria muito de conversar com uma moradora que conhecesse as histórias da comunidade. Disse ainda que Concita havia me dito que uma pessoa poderia me contar com detalhes, no caso seria ela. Dona Sinhá muito simpática disse-me para eu “sair da calçada e sentar”. Dona Sinhá era viúva e morava com um filho, um neto e sua nora. O filho trabalhava como pedreiro e a nora como “atendente” no Valparaíso - um empreendimento turístico localizado logo na entrada da comunidade. Dessa forma, algumas informações sobre a comunidade e origem do Clube de Mães estão em

perspectiva com essa breve interlocução.

Recordo que quando demonstrei curiosidades sobre o surgimento da Pindoba, prontamente minha interlocutora falou com boas memórias sobre sua mãe, onde morava (em outra rua), de como a santa foi “trocada” e um pouco da antiga associação cultural da comunidade. Dona Sinhá, filha de Bernadinha, conta que sua mãe “trocou” a santa (que significa comprar) e mandou rezar pela sua saúde. Era o início de uma festividade que envolvia instrumentos de sopro, orquestras e músicas com radiolas, tudo ao lado da casa da precursora do festejo. Com seu falecimento, suas filhas deram continuidade a um dos festejos mais esperados pela comunidade. Acredito que durante a pandemia, o festejo passou a acontecer por meio de carreatas, com a imagem da santa passando nas principais ruas da comunidade, assim como em outras localidades. A apresentação desse breve quadro que compõe a comunidade de Pindoba objetivou indicar a variada agenda histórica e religiosa, e formas de sociabilidade entre os moradores da região.

2.3 Da Associação Cultural Beneficente Alegria das Crianças e Bozinho ao Clube de Mães

Uma das questões presentes neste trabalho é conhecer o surgimento do Clube de Mães e dos Agricultores Familiares da Pindoba e retratar sua dinâmica de funcionamento. Portanto, é interessante compreender as histórias iniciais. O contexto de surgimento remete ao interesse de grupos específicos que estão relacionados ao acesso à educação. Uma das questões presentes neste trabalho é conhecer o surgimento do Clube de Mães e dos Agricultores Familiares da Pindoba e retratar sua dinâmica de funcionamento.

Uma descrição generalizada presente no documento e relatos de uma das moradoras mais antigas da comunidade, dona Sinhá, diz que, cinco amigos em 1995, pensaram em criar o Bozinho das crianças – visto que já existia o dos adultos.

Para isso, precisariam de um espaço para os encontros e, a partir disso, iniciou-se o esforço para criar a “associação cultural, alegria das crianças”¹⁹. A centralidade das atividades dessa associação consistia em articular junto aos moradores a confecção de artesanatos e roupas de papel para os dançarinos da brincadeira. Com

¹⁹ Informações retiradas do histórico de surgimento da referida associação em anexo neste trabalho.

o passar do tempo, a comunidade teve maior interesse pelo Boizinho das Crianças, e houve a necessidade de uma articulação em busca de recursos para dar continuidade às brincadeiras. A busca por voluntários e o reconhecimento por parte da comunidade como construção cultural faz-se presente no documento que narra o histórico da associação.

Dona Sinhá fala que Concita já “tinha essa vontade de mexer com escolinha comunitária” e decidiu junto a outros amigos formar uma “associação para as crianças brincar de roupa enfeitada”. Ela diz que depois que os moradores criaram a “invasão”, a Pindoba cresceu, e a “associação saiu de uma das casas dos moradores e todo mundo foi pra lá”. O local o qual Dona Sinhá se refere como “invasão” é um dos bairros ocupados pelos moradores no início da década de 1990, onde antes estava localizada a escolinha comunitária, a associação beneficente e atualmente, o Clube de Mães.

Ela contou-me que uma parte do terreno foi doação do Senhor Paulinho e a outra parte Concita havia comprado. Dona Sinhá relembra que os dois amigos, manifestando desejo de construir uma escola, foram motivados a construir um espaço para encontros dos moradores para tratar sobre as “festas” da Pindoba. Naquele momento, iniciou-se o “trabalho pesado”, juntos construíram a pequena escolinha e colocaram o nome de “Alegria das Crianças”. Em seguida, foi substituída pelo nome Tia Bia – visto que possuía uma relação de amizade com Concita e que “gostava de conversar com ela”. Tempos depois, com doações de grandes empresas, – como, por exemplo, da ALUMAR – construíram o atual prédio do Clube – que ainda hoje possui uma placa com registro dessa doação. Para dona Sinhá talvez seja por isso que “Concita é uma pessoa bem vista aqui”.

Um aspecto que gostaria de ressaltar é que em termos de elementos constitutivos do surgimento do Clube, a primeira motivação foi o desejo de dar continuidade à escola Alegria das Crianças. A conscientização dos moradores sobre a falta uma política pública, mais especificamente a de educação para as crianças, poderia ser apenas uma de tantas outras motivações que enlaçavam a vida dos moradores da Pindoba. A partir dessa articulação, entre práticas educativas e culturais na comunidade, o Clube de Mães foi construído em um espaço de ocupação irregular, o que em minha percepção, faz uma alusão à ideia desses espaços historicamente marcados pela ausência e/ou ineficiência de equipamentos e infraestrutura pública.

Antonádia Borges (2003) já apontava o contexto em torno das invasões ao analisar o caso empírico do Recanto das Emas em Brasília, em contexto urbano. Um

assentamento que possuía uma característica singular: um lugar “criado a golpes de caneta pelo Estado” configurou-se como um espaço movido pela política. Borges (2003) percebe como a ideia de “invasão” aludia a uma “quadra cada amontoado de objetos, cobertos por lonas e papelão, reproduziam um barraco” (BORGES, 2003, p. 28). Nesse sentido, sendo um espaço de ocupação irregular, o bairro onde se encontra o Clube de Mães talvez pudesse ser pensado como espaço de encontros e trocas, ou ser compreendido como “lugar-evento, quem sabe eu possa dizer que ele possui uma razão de agir, contando com a presença da política na vida ordinária dos moradores” (BORGES, 2003, p. 50).

Cabe apontar que o termo “invasão” na ilha de São Luís seria comparado ao que em outros locais no Brasil poderia ser classificado como “periferia”, “favela”, mas sempre referindo-se a ocupações permeadas por irregularidades no uso do espaço.

2.4 O diversificado campo de atuação das organizações da sociedade civil

Quando retornei ao Clube de Mães em dezembro de 2021, percebi que na fala de Concita transcorria a importância de contar com “nossos colaboradores” para a realização de atividades, programas e projetos. Depois refleti sobre a participação desses sujeitos, em especial, a partir de casos em que o poder público se apresenta de forma ineficiente ao ofertar infraestrutura urbana, ou até mesmo, em que ele não exerce destaque frente a iniciativas protagonizadas pela sociedade civil. Logo, penso que esse cenário influenciou a atuação de organizações que foram surgindo a partir da década de 1990²⁰. Leilah Landim, no texto *Experiência militante: Histórias das assim chamadas ONGs* (2002), já apontava a importância de considerá-las enquanto categoria construída socialmente e, segundo a autora, essa abordagem é relevante para entender como se configurou o processo de construção e de caracterização social desse tipo de organização na sociedade brasileira²¹. Dessa forma, nessa seção,

²⁰ Desse movimento, culminou na criação de uma entidade com objetivo de fortalecer as ações de organizações pelo país. A Associação Brasileira de ONGs, (ABONG) criada em 1991 consolidou redes de organizações a nível nacional e internacional (LANDIM, 2002).

²¹ Como Carlos Montañó observa, no campo acadêmico inicia-se um debate em torno das organizações sociais da sociedade civil. Foi durante o final dos 1990 que elas seriam vistas como uma alternativa frente às reformas estatais, uma nova expressão – Terceiro Setor –. Sobre o pano de fundo de questões como a redefinição do papel do Estado, a lógica do mercado via parcerias internacionais, tais organizações desenvolveriam papel frente a reestruturação neoliberal. O autor defende uma abordagem de que essa conjunção promoveria a reversão dos direitos de cidadania por serviços “e políticas sociais assistenciais universais, não contratualistas, desenvolvidas pelo Estado e financiadas num sistema de solidariedade universal compulsória” (MONTAÑO, 2010, p. 19).

busco refletir sobre a dinâmica de atuação política de organizações da sociedade civil, para em seguida, descrever algumas das ações desenvolvidas no Clube de Mães de Pindoba, objeto de análise deste trabalho.

Para pensar o contexto de surgimento das ONGs, observa-se que foram construídas em uma determinada conjuntura política de lutas sociais como consequência de mobilizações que passaram a tomar forma no Brasil, a partir da década de 1970, o que irei aprofundar no capítulo 3. Podendo ser chamadas de pré-ONGs ou as pioneiras: aquelas identificadas com mobilizações de grupos de base, ou de segmento popular (LANDIM, 2002). Nesse aspecto, possivelmente, há registros de diversas experiências que sinalizam a participação política realizada pelos sujeitos sociais que emergiram. Ao longo dos tempos, elas foram se diversificando e criando possibilidades de legitimidade das demandas de determinadas ações que recorrem ao campo assistencial. Passa-se aí a ideia de pensar os sujeitos comprometidos com segmentos, como idosos, trabalhadores rurais, crianças e/ou adolescentes, na busca por estratégias de gestão em tarefas sócioeducativas e políticas de uma assistência social.

É possível pontuar que, na década de 1990, houve um crescimento considerável de organizações, cerca de 50%. Esse aspecto esteve associado à atuação, organização e definição das ONGs, em sua diversidade de formato e papéis (CALDAS, 2011, p. 33). Na visão de Landim (2002), foi a partir da década de 1980 e 1990 que elas se fortaleceram. Ao se inserir no universo de entidades privadas sem fins lucrativos, sua principal característica foi a atuação no campo da questão social, com setores populares na cidade e no campo. Quanto ao universo diversificado, a autora aponta que:

[...] A atuação política no âmbito da sociedade organizada, seria possível estabelecer continuidades entre sua ação e de organizações associativas do tipo representativa, como sindicatos, associações de moradores ou profissionais. Mas é justamente na distinção sempre reafirmada por práticas e crenças com relação a essas outras formas de ação e organização, no campo político, social e religioso que se foi construindo a identidade peculiar das ONGs (LANDIM, 2002, p. 220).

O Clube de Mães e dos Agricultores Familiares da Pindoba foi fundado em 11 de junho de 1998, período em que na cena nacional e local essas organizações estavam se fortalecendo, com finalidade voltada às ações e projetos mais localizados – diferente das campanhas nacionais como por exemplo, o Movimento contra o Custo

de Vida das décadas de 60-70. Ao invés de uma articulação diretamente ligada à Igreja ou ao cotidiano de movimentos sociais de base, buscam-se outras formas de se relacionar, por meio de parcerias com agências não-governamentais internacionais financiadoras e/ou políticas governamentais. As organizações acabam por se deparar com um leque de temas com os quais se revelam “[...] tecnologias alternativas na agricultura, divulgação de informação para opinião pública e especialização em políticas públicas” (LANDIM, 2002, p. 230).

No início dos anos 1990, vão se consolidando mudanças que refletem as dinâmicas de atuações das organizações da sociedade civil: elas passam a incorporar um comportamento de “parceria, de articulação com o Estado” (Montaño, 2010, p. 145). Nesse novo contexto, refletem-se tanto mudanças na lógica de operacionalização como na mobilidade de obtenção de renda via projetos sociais. Em face a esse movimento, as atividades passam a acompanhar as dinâmicas sociais na sociedade brasileira, politizando práticas variadas. Maria Carmelita Yazbeck (1995), em reflexão acerca das políticas sociais e em particular à de assistência social, apresentou observações sobre o crescimento dessas organizações no final da década de 1990. A autora sugere que “as organizações privadas que compõem o terceiro setor, têm muitas vezes, substituído o Estado em suas responsabilidades”, configurando, assim, uma interface com a assistência social e outras políticas sociais públicas (YAZBECK, 1995, p. 18).

Pesquisas sobre o papel das organizações não governamentais na execução de políticas sociais focalizam o envolvimento em parcerias a partir das dinâmicas de funcionamento. Maria da Gloria Ghon (2014) aborda a relação do surgimento de um ciclo de lutas sociais a partir da década de 1990, centrado em questões de exclusão social. Esse contexto conflui para o formato de redefinição da sociedade civil por seus deslocamentos operacionais com certo grau de institucionalização. Argumenta-se que o crescimento das ONGs se relaciona a uma suposta identificação com a emergência do terceiro setor e das fundações empresariais, com forte ênfase em uma filantropia redefinida (Dagnino, 2004; Montano, 2012).

Com a premissa de que as ONGs desempenham papel distinto junto aos interesses populares, os serviços prestados por elas estão associados à interlocução entre os diferentes governos locais. Por seu destaque de uma suposta competência técnica, Evelina Dagnino (2004, p.101) pontua que “elas são vistas como parceiros ideais pelos setores do Estado”. Instaura-se um novo trato à questão social, expressa

por meio de serviços não-contratualistas e assistenciais desenvolvidas no seio da sociedade civil.

Essa modalidade de intervenção no âmbito do terceiro setor, sugere repensar uma dimensão fundamental ligada à ideia de como essas ONGs substituem o papel do Estado. Montañó (2010), ao abordar sobre a relação de parcerias entre o Estado e a sociedade civil, argumenta que essas organizações não possuem meios de autofinanciamento, dependendo da transferência de fundos públicos. Estreitamente ligado à serviços antes considerados com pautas do Estado, o papel das organizações sociais passa a se ver como “representantes da sociedade civil”, em um entendimento particular de representatividade (Dagnino, 2004, p. 101).

Assim, pressuponho que o Clube de Mães vem atuando a partir de algumas dimensões significativas no âmbito da assistência social. Posso até sugerir que ele vem buscando sua legitimidade enquanto organização privada sem fins lucrativos. Em perspectiva com suas atividades, esse Clube desenvolve, desde sua fundação, ações as quais integram políticas sociais de lazer, cultura, esporte, educação e programas da esfera governamental, conforme verificado em relatório de atividades. A atuação dessas organizações tornaram-se importantes instrumentos na administração de atividades e projetos, assim como aponta a pesquisa de Enne (2002).

Quando pensadas enquanto estratégias coletivas de acesso às políticas sociais, as ações dessa organização produzem mudanças significativas a partir do local onde os sujeitos vivem, por meio de programas e projetos voltados a segmentos como crianças, adolescentes e pequenos(as) agricultores(as). Assim, tal ação corresponderia ao perfil de organizações voltadas a projetos ligados à questão social incorporado no vasto universo de organizações que ganharam espaço a partir da década de 1990.

Figura 3: Serviços e programas desenvolvidos no Clube de Mães

CLUBE DE MÃES DO POVOADO PINDOBA
Rua Tia Bia, s/n – Pindoba – Paço do Lumiar/MA
C.N.P.J. nº 03.436.586/0001-20

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1998 A 2006

Relato que o Clube de Mães do Povoado Pindoba, está em pleno funcionamento desde sua fundação desenvolvendo trabalho com crianças adolescentes, idosos, mães e agricultores. Esta oferece curso de capacitação hoje tendo pessoas no mercado de trabalho a partir destas formações. Desde 2002 a instituição possui a Escola Comunitária Alegria das Crianças, hoje com 188 crianças de 1 a 6 anos nos turnos matutino e vespertino, desenvolve um trabalho de ressocialização com 70 idosos, oferecendo lazer, diversão e capacitação, assessora 25 Agentes Jovens, programa do Governo Federal que visa trazer de volta a sociedade jovens em situação de vulnerabilidade; assessora ainda 58 crianças do PETI, favorecendo lazer, brincadeiras, confecção e construção diversos de forma que eliminem o trabalho infantil na comunidade. Atende 25 pequenos produtores com o programa "Compra Antecipada da Casa da Agricultura Familiar", comprando a produção destes e doando para 8 escolas, aproximadamente 1.600 crianças e adolescente beneficiados com alimentos fresquinhos que visa melhorar a alimentação escolar. Temos a Biblioteca Comunitária que atende 100 pessoas em média por dia e oferecemos cursos diversos como: bijuterias, artesanato, polpa de frutas, marketing, associativismo, alimentação alternativa, higiene e limpeza com aproximadamente 600 pessoas capacitadas, além desse trabalho feito diretamente com essas pessoas e famílias ainda há várias atividades como o esporte e festas locais que indiretamente essa instituição colabora, pois temos como meta trabalhar para o bem estar e o crescimento da comunidade como um todo, portanto somos incansáveis e os objetivos aos poucos estão sendo atingidos, porém precisamos avançar um pouco mais.

Paço do Lumiar, 19 de dezembro de 2006.

Clube de Mães da Pindoba
Maria da Conceição de A. Perreira
Presidente
CPF: 291.432.841-91

Fonte: Linhares (2020)

3. OS CLUBES DE MÃES NA LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

Ao retomar o cenário de surgimento dos primeiros Clubes de Mães, vemos que, a partir de 1960, eles se configuraram mediante experiências de contestação de cunho político, social e religioso. Nesse sentido, compreender o envolvimento dos Clubes de Mães ligados a setores progressistas da Igreja Católica foram de grande relevância para resignificar a mobilização por melhores condições de vida. Some-se a isso, os Clubes de Mãe criaram uma prática que promoveu uma auto-organização, fundada na crença produzida pela coletividade (JOAQUIM, 2013).

A partir dessa perspectiva, surgiram algumas indagações: será que existe

alguma relação com a dinâmica do Clube de Pindoba? Quais são as características centrais dos primeiros Clubes de Mães organizados a partir de 1960? Quais eram suas principais demandas? O Clube de Mães de Pindoba possui alguma similaridade com os que foram fundados nesse período? É o que pretendo refletir neste capítulo.

Patrícia Senna e Rosa Fonseca (1995) em artigo denominado *Clube de Mães: espaço para intervenção em saúde da mulher*, tecem comentários acerca da diversidade e heterogeneidade na caminhada dessas organizações a partir de 1960. No intuito de conhecer a concepção de saúde/doença das integrantes, visto que a saúde pública da população na época era uma das preocupações, as autoras sinalizam que os clubes de mães se destacavam por seu caráter assistencialista e conservador implícito em suas atividades.

[...] Enquanto em alguns destes Clubes, as atividades se direcionam no sentido de reforçar os papéis socialmente impostos à mulher, em outros, a reflexão se faz presente no sentido de construir uma identidade feminina mais liberta destes grilhões (FONSECA; SENNA, 1995, p. 35).

Na perspectiva das autoras, os clubes de mães executavam suas atividades iniciais relacionadas à produção de trabalhos manuais, artesanatos, estudos bíblicos, orações, grupos e de dança. Existem outros que se encontram buscando objetivos mais relacionados à vida como um todo, engajados em uma verdadeira busca pela equidade social, participando com o restante da coletividade em questões mais amplas, relacionadas à melhoria da qualidade de vida da população. Em síntese, as autoras destacam que os clubes de mães se desenvolveram a partir do processo de organização da população na sociedade brasileira por meio de lutas sociais.

Em sua tese de doutorado *Democracia primária e experiência associativa-os clubes de mães em Campina Grande*, Marília de Oliveira (2005) reflete se os clubes de mães configuram-se como espaços de democracia mediante processos de sociabilidades. Uma característica dessa bibliografia mostra que as donas de casa se organizam por diversas razões, tanto como uma extensão do mundo feminino como para a solução de problemas da comunidade. A pesquisa concluiu que falta força política atuante para que essas organizações conquistem a democracia, tendo em vista que elas reproduzem práticas assistencialistas e clientelistas, principalmente por parte de suas lideranças.

Nessa perspectiva, essas abordagens relacionam os Clubes de Mães como

espaço de participação de mulheres de cunho solidário ligado à filantropia e posteriormente de atendimento às demandas sociais. A partir de um leque de atuação, nos primeiros Clubes constroem-se sociabilidades, com recorte de etnia, classe e gênero com duas características diferentes. O caráter filantrópico presente materializava-se com o apoio da Legião Brasileira de Assistência Social-LBA²² ao se mostrar como uma das instituições responsáveis por dinamizar sua atuação.

Joaquim (2013) analisou o desenvolvimento dos Clubes de mães em bairros periféricos do estado de São Paulo de 1975-1980, logo no início de suas ações. Tal perspectiva reafirma que eles surgiram voltados às famílias pobres, à realização de cursos profissionalizantes, que por sua vez se vinculavam com questões de saúde.

Os Clubes eram articulados a partir da noção de caridade na qual algumas mulheres previamente capacitadas ensinavam outras mulheres, pobres a bordar, costurar, e fazer outros trabalhos manuais, além de noções de higiene e saúde. Os produtos destes trabalhos, manuais, eram revendidos em bazares organizados pelas mulheres de fora, e o dinheiro da venda, eventualmente utilizado na compra de novos materiais para o Clube (MONTEIRO, 2015, p. 46).

Supõe-se assim que as ações nesses Clubes eram orientadas a partir de um pensamento cotidiano (JOAQUIM, 2013) direcionado às mulheres para atuação no âmbito familiar. Embora essa característica não tenha sido permanente, é possível identificar outras lógicas de atuações dos clubes de mães, como por meio de um processo educativo, frente às condições de precariedade urbana de equipamentos sociais públicos, com articulação junto a atuação popular, na qual os clubes passaram a construir outra característica.

Maria Salete Joaquim (2013), em seu livro *Militantes de clubes de mães*, relata os fatores que contribuíram para lideranças populares, e as transformações antes e depois na vida das militantes dos clubes de mães. A autora, na busca de compreender os múltiplos sentidos produzidos na participação das militantes, descreve o perfil, as trajetórias de vidas das militantes aprofundando os conceitos de cotidiano, participação social e política, e sua relação com as primeiras experiências nos Clubes de Mães no Estado de São Paulo, de 1960 a 1975. Tal perspectiva mostraria a expressiva participação de movimentos de base, emergindo novos espaços de

²² Fundada em 1942, pela então primeira dama, Darcy Vargas tinha como objetivo auxiliar os soldados e seus familiares durante o período da Segunda Guerra Mundial. Com marcas de caridade e filantropia, a LBA marcou diversas experiências voluntárias pelo país, cujo modelo serviu para implementação de políticas de proteção social a partir de 1945 (BARBOSA, 2017).

organização popular para as denúncias de serviços públicos, tais como os Clubes de Mães.

3.1 As Comunidades Eclesiais de Base e suas influências

Os Clubes de Mães que surgiram entre o final dos anos 1960 e os anos 1970 tiveram forte apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Igreja Católica. Nota-se que o papel desempenhado pela Igreja na formação dos movimentos sociais de base no país foi imprescindível na escolha dinamizada em favor dos grupos minoritários. A partir do debate voltado para um caráter mais progressista da Igreja, busco apontar a visibilidade da atuação dos Clubes de Mães não mais direcionados a trabalhos manuais, mas a reflexões sobre as condições de vida da sociedade, como espaços que refletiam demandas do cotidiano social.

No Brasil, uma vertente reformista da Igreja Católica teve ampla inserção e capilaridade social em zonas urbanas e rurais, na luta e resistência contra a ditadura militar, desencadeando várias manifestações, inclusive contra os altos preços dos alimentos na década de 1960 e 1970. Nesse sentido, a Igreja em seu panorama de ação libertadora das Comunidades Eclesiais de Base contribuiu na formação de movimentos populares no país que tiveram grande relevância em uma linha de atuação dos Clubes de Mães em várias regiões pelo país.

Ao me debruçar analiticamente sobre as experiências de movimentos de base na década de 1970, observei que as reflexões mostram uma série de associações voltada para discussão e reivindicações dos interesses coletivos da população (BONETI, 2007; JOAQUIM, 2013; PEROLÍAS, 2008 e OLIVEIRA, 2015). A partir disso, diferentes práticas coletivas traduziram-se em lutas por melhores condições de sobrevivência impulsionadas pela participação popular. A dimensão coletiva dessas formas associativas ganhou nova visibilidade por seu caráter combativo. Nesse sentido, as diversas formas organizativas que ganharam força, tais como os Clubes de Mães, união de moradores e grupos de mulheres autônomos²³ em suas diversas configurações políticas, integraram debates sobre privações materiais relacionadas

²³ Refere-se de uma autonomia frente ao Estado e Partidos. Todavia, não implica que os Partidos deixem de ser um canal de encaminhamento das reivindicações. A defesa da autonomia consiste na luta pela criação de formas comunitárias de participação direta das bases, ao nível da reflexão, da decisão e da execução diminuindo a distância entre direção e base de movimento. Podemos ver em Scherer-Warren (1987), Iginez Paulilo (2016) e Carmen Deere (2004).

ao trabalho, à saúde, à educação, ao direito previdenciário, ao direito e à reforma agrária.

Em se tratando do cenário dessas lutas, a recorrência dos estudos²⁴ concentra-se na temática dos movimentos sociais que eclodiram no começo da década de 1980, no contexto de reabertura política da sociedade brasileira. As análises tradicionais tematizam no interior desses movimentos as explicações classistas de determinações estruturais para os problemas do cotidiano social.

[...] A miséria provocaria o movimento reivindicatório ou a expansão dos serviços públicos estimularia a demanda. Mas a própria reconstituição dos movimentos mostra em que medida a emergência da demanda supõe a formulação coletiva da demanda-que já não é mais uma reivindicação imediata e isolada, mas passa pela noção da construção de direito, pelo reconhecimento de uma coletividade de iguais. São essas várias faces que, inseparáveis juntas, fazem do movimento não apenas um portador de reivindicações, mas um sujeito político (SOUZA-LOBO, 2021, p. 225).

Nesse sentido, a participação dos novos sujeitos sociais articulava-se em função das temáticas reivindicadas:

[...] mulheres, crianças, índios, negros, bem como pessoas de baixa renda-, tornando cada vez mais próximo, o diálogo com clérigos, intelectuais e políticos da esquerda. Assumiu nesse momento o caráter de ações coletivas, que foram interpretadas como a nova força da periferia, realizando uma revolução no cotidiano (GOHN, 2014, p. 335).

As lutas sociais desse contexto específico parecem estar vinculadas em torno da Igreja Católica, referencial de mobilização junto aos movimentos populares, com suas formas de atuações mais localizadas devido ao contexto de desenvolvimento em curso.

Em relação a esse aspecto, notei que é a partir do Concílio Vaticano II realizado em 1962 em Roma, o qual teve como principal idealizador o Papa João Paulo XXIII, que a Igreja é chamada a redefinir estratégias em prol da unidade do povo cristão, na perspectiva de um processo de renovação em sua rotina. A partir de então, as tradições, que outrora se configuravam de forma centralizada, passam a assumir especificidades. Há encontros e desencontros entre a Igreja da base e a institucional:

²⁴ Podemos encontrar em Ise Scherer-Warren (1984) em: Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. Organizado por Scherer-Warren; Krischke (1987, p. 34); Eder SADER (1988) e Maria da Gloria GOHN (2014).

uma ala mais progressista decidiu incorporar a caminhada em direção aos pobres e marginalizados junto a pequenos grupos políticos, e a outra, continuou arraigada às velhas práticas tradicionais (OLIVEIRA, 2015).

As ações da Igreja comprometida com os anseios e necessidades das camadas mais pobres foram sentidas com maior profundidade no contexto político, econômico e social dos continentes da América Latina, marcado por um autoritarismo político absoluto. Para além da preocupação com os pobres, tornava-se urgente uma articulação entre fé e transformação social. Na verdade, as expressões da questão social, dos conflitos da terra, dos povos indígenas, os camponeses, o desemprego, os marginalizados e os aglomerados urbanos vivendo no subemprego, envolvia a Igreja. Diante de todos esses desafios, a Igreja encontrou terreno fértil para orientação em sua linha pastoral-teológica e política (CHAVES, 2015 e PEROLIAS, 2005).

A dimensão do Concílio Vaticano II representou uma nova forma de eclesialidade da Igreja diante de suas práticas e ações, pois não se tratava mais de experiências dispersas, ou de uma hierarquia eclesial, mas de ações compartilhadas nacionalmente, como dito anteriormente. As Conferências de Medellín²⁵ (1968) e Puebla (1979), por exemplo, inspiraram-se nas reflexões que estruturaram as correntes do Concílio, reafirmando a releitura teológica, o compromisso com os pobres e com a justiça social. O discurso presente no documento geral do Episcopado Latino-Americano assume esse posicionamento, ao destacar que:

Essa miséria, como fato coletivo, se qualifica de injustiça que clama aos céus. Entretanto, o que talvez não se esclareceu suficientemente é que os esforços que foram feitos, em geral, não foram capazes de assegurar que a justiça seja respeitada e realizada em todos os setores das respectivas comunidades nacionais. As famílias, muitas vezes, não encontram possibilidades concretas de educação para seus filhos; a juventude reclama seu direito de entrar nas universidades ou em centros superiores de aperfeiçoamento intelectual ou técnico-profissional; a mulher reivindica sua igualdade, de direito e de fato, com o homem; os camponeses pedem melhores condições de vida; os produtores, melhores preços e segurança na comercialização; a crescente classe média sente-se atingida pela falta de perspectivas (MEDELLÍN, 1968, p. 03).

Em pesquisa sobre as Comunidades Eclesiais de Base no Maranhão, ou mais

²⁵ II Conferência realizada na Colômbia, afirma sobre as CEB “a Comunidade de Base é primeiro e fundamental núcleo eclesial que deve em primeiro nível responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão” (PEROLIAS, 2005, p. 54). A bíblia sagrada foi instrumento forte de atuação junto à caminhada das CEB em favor dos pobres.

especificamente o que restou delas, Adriana Chaves (2015, p. 20) pontua a relevância dessas Conferências na abertura para as CEBs, pois, em Medellín, o método “ver, julgar e agir”, originário dos movimentos de educação popular²⁶, integra os círculos bíblicos. Ao mesmo tempo em que Puebla tomou como ponto de partida as conclusões Chaves também consolida a opção preferencial pelos pobres e a libertação integral por meio do qual se faz a leitura da realidade latino-americana. A inserção da dimensão das CEBs aparece enquanto lugar privilegiado do trabalho da Igreja, eixo aglutinador da reflexão teológica. A Teologia da Libertação²⁷ valeu-se intensamente dos mecanismos de reflexões de opressão social, política e/ou cultural na vida das pessoas na luta pela libertação e transformação das estruturas sociais.

A Igreja Latino-Americana tem uma mensagem para todos os homens que neste continente têm fome e sede de justiça. O mesmo Deus que criou o homem à sua imagem e semelhança, criou a terra e tudo o que nela existe para uso de todos os homens, e de todos os povos, de modo que os bens criados possam bastar a todos de maneira mais justa e dá poder ao homem para que solidariamente transforme e aperfeiçoe o mundo (Gên 1,29) [...] (DOCUMENTO DE MEDELLÍN, 1968, p. 03).

As primeiras experiências das CEBs no Brasil remetem ao ano de 1956, no Rio de Janeiro e em Rio Grande do Norte. Na ocasião, as CEBs mostravam-se como lugar de evangelização à luz dos direcionamentos de Medellín, pois como se refere o documento, a preocupação da Igreja era com a “formação de comunidades nacionais, que pudesse refletir uma organização global, onde toda a população, especialmente as classes populares, tenha, através de estruturas territoriais uma participação receptiva e ativa” (MEDELLÍN, 1968, p. 04). De forma particular, duas experiências são consideradas precursoras na caminhada das CEBs: a catequese popular, em Barra do Peraí-RJ, com objetivo de conter o avanço protestante e trabalhando o despertar da consciência do povo, e a Arquidiocese de Natal, cuja articulação foi com o Movimento de Educação de Base (MEB). As duas buscavam promover a dimensão pedagógica por meio da conscientização das classes populares (CHAVES, 2015).

²⁶ Movimento que começou no final da década de 1950 estendeu-se pela de 1960 se alimentando das lutas dos movimentos sociais urbanos e rurais. Paulo Freire é símbolo dessa pedagogia de luta, transformação e libertação desse movimento, que tinha como objetivo a renovação pedagógica por meio das classes populares (ARROYO, 2000).

²⁷ Movimento que assumiu especificidade no continente Latino-Americano. Teve como principal idealizador, o teólogo peruano, Gustavo Gutierrez. Destacam-se também os teólogos, Enrique Dussel, Leonardo Boff e Carlos Mesters, com significativas contribuições para a o projeto pastoral da Igreja em sua opção pelos pobres e oprimidos (BARBOSA, 2013; CHAVES, 2015; OLIVEIRA, 2015).

Um novo tecido passa a evidenciar o papel social e político das CEBs, o que se chama de Igreja na base: sintonizando sua luta com movimentos populares, organizações, sindicatos autônomos, pastoral da terra para a qual pregava a escolha preferencial pelos pobres. Lança-se o diálogo interdisciplinar, no qual a Igreja se torna aberta para as questões da comunidade, uma ala progressista enfatizando a primazia de um espaço livre entre a comunidade e o clero. Ou de maneira mais sistemática, a comunidade aparece como o conjunto dos membros de uma paróquia dedicado aos serviços nela realizados. Nesse sentido, essa expressão sugere dialogar com a noção de comunidade como identidade de uma população definida pela proximidade física, pelo interconhecimento e por problemas ou questões comuns relativas aos quais se entrelaçavam com o catolicismo popular²⁸ (ANJOS, 2008).

No contexto de 1970, as CEBs aparecem enquanto caminho possível de denúncias das questões sociais: bens materiais, simbólicos, culturais etc. É nesse cenário que a participação dos leigos na comunidade oferece possibilidade de transformar as relações de desigualdades sociais. Há referências em todos os documentos do compromisso da comunidade com as causas sociais; é uma luta coletiva. A tarefa de conscientizar e educar são considerados instrumentos capazes de transformar a sociedade. Em vista disso, o documento reafirma que devemos “despertar a consciência social e hábitos comunitários em todos os meios e grupos profissionais, seja no que se refere ao diálogo e à vivência comunitária dentro do mesmo grupo, ou em relações com grupos sociais maiores (operários, camponeses, profissionais liberais, clero, religiosos)” (MEDELLÍN, 1968).

Na efervescência de vários movimentos populares, sob orientação das CEBs, destaca-se na história o Movimento Contra Carestia²⁹ que nasceu nas periferias do estado de São Paulo, em 1973. Embora em escala menor já existisse em anos anteriores, o movimento voltou a ganhar destaque devido às mobilizações por creches, luz, saneamento, e o questionamento da alta dos preços dos alimentos, no

²⁸ Um catolicismo que teve contato com outras culturas. Assim sendo, este catolicismo existente nas zonas agrárias, gira em torno de agentes pouco institucionalizados como curandeiros (as), benzedeiros (as) e todos aqueles (as) que dirigem as coletivas, que organizam as festas do padroeiro. Este é o mesmo catolicismo que arrasta multidões aos grandes centros de peregrinação, (PEROLÍAS, 2005, p. 59).

²⁹ Também conhecido como Movimento Contra o Custo de Vida, foi um importante canal de mobilização popular que emergiu no contexto das lutas sociais de 1970 e 1980. Com sua capacidade de mobilizar e articular as bases em torno de solução que iam de encontro ao modelo econômico vigente da época ganhou força a partir de várias articulações, principalmente com os novos clubes de mães (MONTEIRO, 2015).

contexto dos novos movimentos sociais. Sob a perspectiva dos problemas urbanos, os novos clubes de mães participaram juntamente com movimentos sindicais, pastorais, como parte do movimento comunitário em um corolário de luta protagonizada pela sociedade civil organizada³⁰.

Os movimentos sociais e associações que surgiram estavam voltados para as discussões dos interesses populares no contexto das lutas urbanas. Desse modo, podemos perceber que os movimentos sociais nessa perspectiva atuavam em redes com experiências contraditórias, colocando em movimento identidades coletivas em lugares diferenciados, na busca por transformação das relações existentes. Essas experiências podem ser compreendidas a partir de suas ações históricas em torno do seu significado político. Maria da Gloria Ghon (2014) oferece um caminho para compreender a diversidade social presente nessa atuação: são ações sociais coletivas em seus aspectos políticos gerais, como expressão de poder da sociedade civil. E há ainda aqueles que não se restringem a reivindicações e anseis de determinados grupos, mas, fomentam a construção de novas propostas de modificação de diversos aspectos da realidade social³¹ (PINHEIRO, 2010; TRAD, 2009).

Maria Salete Joaquim (2013), ao introduzir os clubes de mães como movimentos sociais urbanos, ressalta que a constituição destes, se realizava a partir de fases (JOAQUIM, 2013). A autora desenvolve três fatores importantes para se pensar essa análise: 1. socialização da informação, ao evidenciar as desigualdades sociais, uma vez que a população toma consciência da condição de espoliado urbano, passa a identificar os fatores que contribuíram para a ausência de equipamentos públicos; 2. uma conversão do individual para o coletivo que juntos sintetizariam as demandas sociais; e 3. a manifestação coletiva de apresentar as reivindicações frente ao Estado (JOAQUIM, 2013, p. 79). Os clubes de mães que surgiram nesse contexto imprimiram uma nova dimensão em suas ações: as lutas populares, a partir de demandas imediatas devido à ausência de serviços públicos necessários às vidas nas

³⁰ A temática ocupa nos debates quase sempre a ideia de expansão da democracia e cidadania. Pensada pelo campo da tradição marxista, como lugar de movimento, de contradições e forma de articulação social. Isso implica fazer os nexos com a ação do Estado, ou no dizer de Gramsci, da relação existente entre sociedade civil e sociedade política (DAGNINO, 2004).

³¹ No debate clássico, há uma premissa no reconhecimento do povo num sentido amplo de suas variadas formas de opressão. Assim sendo, um movimento popular se constitui dinamicamente na passagem das lutas corporativas às lutas políticas. Desempenha importante papel nas lutas locais, do “povo (lutas por uma estrada, uma ponte), regionais, (por uma parte maior do orçamento estadual), classistas (movimento estudantil), por demandas específicas (moradia) [...]” (Scherer-Warren e Krischke 1987, p. 221).

idades.

Desse modo, os clubes de mães procuravam construir espaços democráticos acerca das condições precárias no cotidiano dos bairros periféricos, criando uma prática de auto-organização, e dessa socialização da informação³², eles expandiram-se por diversos bairros de São Paulo. Dessa forma, criaram-se condições para expressar a vontade coletiva com o apoio das pastorais católicas, das CEBs, articulando-se as coordenações de clubes de mães a uma rede de comunicação com estratégias de participação popular.

A pesquisa de Salete Joaquim, nas décadas de 1970 e 1980 com os clubes de mães de Perituba/Jaraguá e Perus, mostra a prática social na perspectiva cotidiana desses espaços. Como assistente social, a autora narra sua experiência em um projeto comunitário, muito típico da época: parceria entre Estado e Igreja. A autora sinaliza como os clubes de mães construíram suas práticas de auto-organização por meio da formação de grupos de base. O contexto chama atenção para a articulação dos clubes de mães e sua expansão junto à participação das mulheres em assembleias, núcleos de centros e coordenações, como um novo potencial mobilizador.

A saúde comunitária era o eixo principal das atividades nos clubes. A perspectiva envolvia aspectos sociais e físicos da população, uma vez que as reivindicações por saneamento básico, alimentação e acesso a programas de saúde seriam necessárias à minimização dos problemas estruturais das camadas de baixa renda. É nessa perspectiva que as mulheres apareceram como foco das reivindicações, ou como as principais protagonistas (BONETTI, 2007; JOAQUIM, 2013). Essa combinação aparece na formação de grupos de mulheres de saúde, engajando-se no Movimento Contra a Carestia, ampliando as pautas de reivindicações. Um exemplo desse engajamento para além de clube de mães foi o Centro de Clubes de Mães³³ representando um núcleo de articulação junto a

³² Os clubes de mães nessa época atuavam na proposição dos problemas e avaliação, realizando inclusive reuniões coletivas. Entretanto, a que teve maior visibilidade foi a de 1975 denominada de “Assembleia Geral dos Clubes de Mães” com mais de 70 clubes da região sul para a realização de pesquisa. Para além de saber os preços dos alimentos, a preocupação era o contexto socio-familiar dos moradores-membros da família, quantidade, renda, profissão, etc. Estima-se que foram realizadas 2.000 pesquisas, e isso só foi possível com o engajamento de mulheres e homens que percorreram as ruas de casa em casa explicando o cenário da situação do custo de vida (MONTEIRO, 2015, p. 67).

³³ Essa experiência mostra que o Centro de clubes de mães, nasceu de um desdobramento do projeto Núcleo de Participação Comunitária desenvolvido por profissionais, da assistência social, porém com outra perspectiva: “como espaço de resgate da identidade da mulher”. A partir de então, surgiram inquietações inerentes à pesquisa da autora: I-conhecer a dinâmica de participação individual e coletiva

associações, pastorias, poder público e movimentos sociais, vinculando-se, entre outros, às questões dos clubes, na luta por creches, transporte público, etc.

Na cidade de Campina Grande, Perolias (2005) tece registros sobre a estruturação da coordenação de clubes de mães como órgão deliberador das avaliações da rotina dos clubes de mães. A existência de um núcleo formal possibilitou um papel de aglutinador dos clubes de mães, buscando compreender as atividades realizadas. Desse modo, a coordenação atuava como mediação entre as demandas locais e o poder público.

Na época, a coordenação incentivava os clubes de mães a desenvolverem trabalhos de artesanato e a divulgarem a campanha da Fraternidade para a comunidade, além de treinar as novas diretorias dos clubes (elaboração de atas, ofícios, preparação do processo eleitoral, etc.). [...] podemos constatar que, desde seu início, a atuação da coordenação se dá no sentido de possibilitar uma unidade de ação aos clubes de mães, e também contribuir no aspecto organizacional (PEROLÍAS, 2005, p. 102).

A expansão dos clubes de mães nas periferias na década de 1970 estava ligada ao crescente apoio da Igreja Católica, articulada em torno do discurso da justiça social, como importantes receptoras das reivindicações da população. A perspectiva nacional do Movimento Contra a Carestia levou a realização da Marcha contra a Carestia em 1981, em Campina Grande. Com apoio da Coordenação dos clubes de mães, por meio de reuniões realizadas em caráter mensal, semanal e/ou quinzenal, tornaram-se possíveis grandes mobilizações através dos clubes de mães. Sobre as pautas de indígenas, negros e mulheres, ocorreu o I Encontro de Mulheres da Paraíba em 1984; e logo em seguida o Congresso de mulheres em São Paulo, conseguindo notoriedade por meio dos desdobramentos dos clubes de mães (PEROLÍAS, 2005).

Nesse contexto, percebo que os Clubes de Mães com o passar do tempo construíram espaços de luta e mobilização, passando a discutir e buscar junto a outros sujeitos melhores condições de vida para a classe trabalhadora. O caráter político foi importante ao oportunizar o diálogo junto a outros movimentos de bairros, e isso se tornou devido à forma de ser Igreja, presente nas CEBs, e às experiências das coordenações de clubes de mães (embora essas últimas não tenham ocorrido em

das mulheres, II-se a participação nos clubes de mães permitiriam a recuperação da identidade como trabalhadora nesses espaços coletivos e, III-as práticas políticas desenvolvidas nos clubes de mães. Joaquim (2013) mostrou que o engajamento das militantes dos clubes de mães proporcionaram várias mudanças em suas vidas, inclusive na esfera familiar, profissional e política.

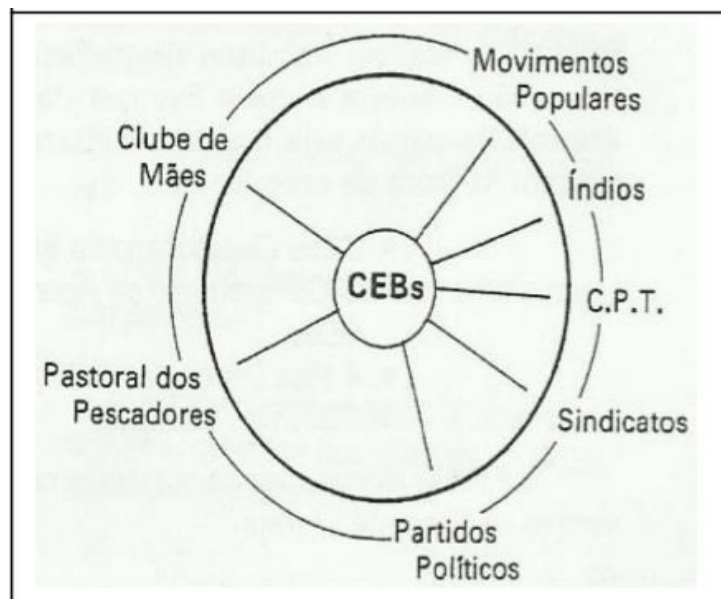
todo o país). Perolías (2005) pontua que o cenário político da época incorporou às lutas e ideais de resistência de grupos e movimentos sociais “lutar por direitos, valorizar a mulher, articulação junto aos poderes públicos visando melhorias para a comunidade; escola, saúde, creche, etc.”.

A partir dessas abordagens, os movimentos sociais poderiam constituir-se na mediação entre a base da população e o poder público, ou seja, entre os grupos representativos da população e as autoridades (JOAQUIM, 2013, p. 80). Nessa perspectiva, os clubes de mães constituíram-se importantes espaços de lutas pela sobrevivência, configurando-se expressão de vários movimentos populares. Nesse sentido, no contexto em curso, os clubes de mães poderiam ser caracterizados como um “momento de mobilização dos leigos por agentes religiosos para causas definidas como populares” (ANJOS, 2007, p. 514). Eles assumiram características diferentes na gestão de suas ações nas grandes cidades brasileiras.

No cenário de surgimento das CEBs no Maranhão, registra-se que as primeiras sementes foram lançadas nos municípios de Tutóia e Bequimão, em 1965, e aos poucos se espalharam por Barreirinhas, Urbano Santos, São Benedito do Rio Preto, Santa Rita, Itapecuru e Lago da Pedra, em 1966 (CHAVES, 2015). Um interessante ponto de partida consiste em analisar o processo de vinculação das Comunidades Eclesiais de Base e sua vinculação em grupos de ação popular, tais como os clubes de mães na realidade maranhense.

Nesse sentido, o surgimento das CEBs remete ao contexto de reconfiguração da Igreja que teve como marco divisório o Concílio Vaticano II. Foi assim que a partir das necessidades de cada comunidade, principalmente do desempenho dos leigos em levar o evangelho para as comunidades mais distantes no meio rural, que surgiram as comunidades de cultos, das rezas dos terços, das ladainhas, das celebrações da semana santa, com raiz no catolicismo popular. Da organização da vida comunitária a situações de conflitos e violências, constituem chaves analíticas para se entender o desenvolvimento das CEBs no Maranhão Chaves (2015) e Neris (2011).

Figura 4: Incorporação das CEBs com as modalidades de articulação no Maranhão.



Fonte: Neris (2011).

Desse modo, o processo de experiência das CEBs relaciona-se ao contexto de lutas entre movimentos sociais rurais pela terra, latifundiários e trabalhadores (as) rurais, e a capilaridade das CEBs na construção de uma nova consciência, a qual pudesse levar a organização das bases populares. Abordando o contexto do Médio Mearim³⁴, Josiane Barbosa (2013) mostra que a luta pela permanência e conquista da terra, envolveu homens e mulheres impressas pela violência de gênero³⁵, como foi o caso das quebradeiras de coco babaçu. Identidades coletivas e estratégias de mobilizações relacionam-se na atuação em movimentos sociais no contexto rural maranhense. O MIQCB³⁶ pode ser citado como um dos exemplos de modalidades de engajamento que tem as mulheres como força atuante em suas diferentes formas de organizações, como se pode notar nos trabalhos de Lima (2016); Barbosa (2013) e Neris (2011).

³⁴ No Maranhão, a luta pela terra, está associada ao processo de resistência de comunidades aos recursos naturais, tais como o extrativismo do babaçu, e a região do Médio Mearim foi palco de muitas lutas. Desse modo, no que tange à organização e participação política no âmbito rural, destacam-se as mulheres quebradeiras de coco no contexto de formação de base popular. Consta que, a primeira mobilização organizativa foi por meio da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão (AMTR) desta, criaram-se as bases para o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) (BARBOSA, 2005; 2013).

³⁵ Os registros apontam para diversas formas de violência a que estiveram sujeitas as mulheres: Elas foram agredidas como forma de suas resistências, ao entrarem nas propriedades para coletar o coco babaçu. Com isso, suas famílias tiveram suas casas demolidas, seus maridos mortos, as mulheres eram as mais vulneráveis a espancamentos e ameaças de morte, sem falar na ausência de políticas sociais locais como assistência médica e previdenciária. (BARBOSA, 2013; ANTUNES, 2005 e LIMA 2016).

³⁶ Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

A Igreja Católica no Maranhão, mais especificamente no meio rural, atuou com a bandeira da Reforma Agrária, em luta e defesa dos trabalhadores (as) rurais, inspirada na Teologia da Libertação, contra as diversas formas de opressão e violência no cenário rural. Nessa perspectiva, diversas experiências também ocorreram por outras regiões do país, como por exemplo em Santa Catarina, com a criação dos Movimentos das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs)³⁷, com pautas de gênero, que desenvolveram reivindicações sobre a incorporação das mulheres nas estruturas sindicais e, políticas de seguridade social. O resultado dessa articulação levou o reconhecimento da importância dos direitos das mulheres à terra na reforma agrária como conquista coletiva.

A origem desse movimento está interligada aos resultados das ações do MST em torno das experiências das CEB, em áreas rurais e nas favelas, que se desenvolveu desde a década de 1960, e foi ganhando força ao longo do tempo. Como força importante para a proliferação via encontros estaduais e regionais teve suas raízes junto a comitês eclesiais de base. Incorporando a luta dos direitos das mulheres à terra, por seu turno, as CEBs forneceram experiências que levaram ao questionamento da injustiça social principalmente ligada a questões de saúde e educação, uma problemática da época (DEERE, 2004). Nesse sentido, núcleos de organizações foram criados e/ou fortalecidos no interior das classes populares com o apoio das CEBs e dos leigos, cujas ações políticas e sindicais passaram a ser integrantes de formas cotidianas de participação dos leigos.

É pertinente frisar que o processo de revitalização da Igreja se iniciou desde a década de 1960 na configuração católica de renovação, e, no Maranhão, notamos a perspectiva da Igreja na vida eclesial de forma mais categorica, no meio rural. Isso se atribui à rede criada no interior do clero, a Ação Católica (AC), a Juventude Universitária Católica (JUC), e a Juventude Operária Católica (JOC) que podem ser tomadas como ilustrativo da reafirmação da Igreja com forte apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dinamizando a luta através de cursos de educação popular, promovendo reflexões sobre as condições de opressão, trabalho e violência, por meio da bíblia, principal instrumento de conscientização.

³⁷ Na região Nordeste no estado de Pernambuco, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais-MMTR em 1984, buscava cada vez mais reafirmar a participação sindical. Em Santa Catarina, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), criado em 1983, teve na Igreja Católica sua raiz organizacional. Parte das ações buscava difundir um novo sindicalismo envolvido com as bases, difundidas por Dom José Gomes, líder religioso da época - DEERE, (2004) e BONI, (2014).

A fim de evitar conflitos maiores (e mortes), os “órgãos da Igreja Católica como a CPT, e a Federação de Assistência Social e Educacional (FASE) auxiliaram na divulgação de trechos bíblicos e, em grande medida eram os mediadores entre os camponeses e o universo externo a fim de facilitar suas ações” (BARBOSA, 2013, p. 166). Nesse sentido, as CEBs encontraram lugar privilegiado para suas ações em favor dos sem-terra, e dos oprimidos, intermediando situações de conflitos, com a presença forte do cristianismo da libertação (CHAVES, 2015).

Nessa perspectiva, percebo que diversas articulações comunitárias fortaleceram-se no meio rural devido ao cenário de disputa pela terra. A CPT, a FASE e a rede Cáritas Diocesanas foram organismos responsáveis por disseminar a ideia de educação de base e promoção humana, centrados na reforma agrária. Os Projetos Alternativos Comunitários (APACs) são exemplos que enfatizavam a busca por alternativas, bem como o associativismo nas comunidades. Conforme pode-se acompanhar na pesquisa de Neris (2014) os APACs se tornaram importantes instrumentos na luta contra uma suposta falta de políticas de reforma agrária, de assistência técnica e de oportunidade de geração de emprego e renda.

Assim, “observou-se a ampliação do escopo de intervenção religiosa e a diversificação dos organismos militantes” (NERIS, 2011, p. 201). Como destacou Barbosa (2013), as CEBs e seus organismos exerceram papel importante nas lutas cotidianas das comunidades. Com isso, a Igreja contribuiu para a realização de projetos voltados a geração de renda em pequenas experiências, como hortas comunitárias. Internamente as mulheres buscavam desenvolver articulações que pudessem proporcionar alternativas de enfrentamento a realidades adversas.

Ao constituírem-se espaços de encontros interpessoais e fé Católica, os Clubes de Mães da região do Médio Mearim assumiram caráter combativo instigando a politização de movimentos de mulheres na região. Nessa perspectiva, Scheila Vale (2018) ao falar sobre as condições de trabalho das quebradeiras de coco babaçu, no município de Itapecuru-Mirim, aponta que a vontade coletiva das mulheres em busca de melhores condições de vida, deu origem à União dos Clubes de Mães. De um pequeno grupo de mulheres organizadas em prol da luta por saúde e educação, de 1989 a 1997, os Clubes de Mães cresceram consideravelmente na região, culminando na criação de uma federação que tem como objetivo serviços na comunidade.

Sobre a longevidade desses espaços, a autora pontuou que a União de Clubes de Mães ainda é lugar em que as mulheres preservam a quebra de coco babaçu de

forma tradicional. Apesar dos resultados da pesquisa mostrar os efeitos negativos associados aos riscos das quebradeiras, a realização pessoal e econômica das mulheres sobressai as horas exaustivas nas atividades. Isso porque houve mudanças na dinâmica organizacional desses espaços, proporcionando mudanças na vida das quebradeiras.

Ao longo desse tempo, esses clubes estabeleceram parcerias com os governos federal, estadual e municipal, por meio dos programas de combate à pobreza rural e de inclusão social, junto com a sociedade civil organizada. Por meio de toda essa organização, dentro do processo da cadeia produtiva do babaçu, as quebradeiras trabalham com vários grupos e cada um deles se dedica a uma função específica: coleta do coco, quebra do coco, extração do óleo vegetal, produção de sabonete, beneficiamento do mesocarpo para alimentação, preservação dos babaçuais e outros projetos integrados à agricultura familiar (VALE, 2018, p. 02).

Um ponto a sublinhar, é a vinculação das Comunidades Eclesiais de Base junto as mobilizações das mulheres. É provável que possua alguma relação com o projeto institucional da Igreja desde o início. As CEBs marcaram a importante transição para o protagonismo feminino³⁸ (CHAVES, 2015). Isso porque os “agentes religiosos fornecem às ‘líderes’ o acesso e o conhecimento de diferentes instituições – Igreja, partidos políticos, burocracias estatais” (ANJOS, 2007, p. 518). E de fato, havia exemplos de mulheres em busca de espaços alternativos em defesa da própria reprodução familiar (BARBOSA, 2013). Foi o que observou Gabriele dos Anjos (2007) em pesquisa sobre liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas, e suas retribuições. Conforme a autora, muito embora os ganhos sociais são obtidos pela ação da comunidade com os esforços das mulheres, a atividade militante dá-se pela relativa ideologia tradicional da participação feminina que a identifica com a luta dos pobres. “A mulher como ligada ao cuidado à maternidade atualizando o marianismo” ainda se fazia presente nesses discursos (ANJOS, 2007, p. 526).

A ideia de politização do engajamento religioso na periferia do espaço católico aparece nos trabalhos de Wheriston Neris³⁹ para o qual os efeitos das transformações

³⁸ Chaves (2015) aponta que o decreto sobre o Apostolado dos leigos em seu 9º item, faz o seguinte argumento: “como hoje a mulher tem cada vez mais parte ativa em toda a vida social, é da maior importância que ela tome uma participação mais ampla nos vários campos da Igreja” (CHAVES, 2015, p. 19).

³⁹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe e professor assistente da Universidade Federal do Maranhão. Suas pesquisas versam sobre a discussão dos cruzamentos de lógicas entre o religioso e o político. Sobre o engajamento militante de sacerdotes em causas, movimentos e formas de mobilização coletiva no Maranhão entre as décadas de 1950-1990 (2011); Ver também Igreja e

sociais e políticas foram decisivos na configuração da Igreja em sua intervenção religiosa. Nessa perspectiva, a renovação apresenta-se em um cenário de disputa entre diferentes grupos com experiências específicas. Ancorado nas reflexões de Ernesto Seidl, Neris (2011) sugere que a politização da Igreja pressupõe pensar o espaço católico no qual os sacerdotes inscrevem suas disposições a ser e agir na instituição. No âmbito das discussões em Ciências sociais, é interessante levantar dois aspectos interligados.

De um lado, a alta hierarquia institucional (especial o episcopado) que ao se opor ou negar com o regime militar, produziu lideranças religiosas que se tornaram reconhecidas pelo seu empenho na manifestação de denúncias, na defesa dos direitos humanos e discussão das problemáticas em voga; noutro, estariam as instâncias hierárquicas e os agentes que ocupavam posições dominadas e periféricas no espaço católico e que, talvez por essa posição, possuíam uma maior autonomia para tomadas de posição heterônomas e institucionais (“ruptura com o mainstream institucional”, “intenso engajamento político”, defesa da teologia da libertação”, investimento em movimentos de base” (NERIS, 2011, p. 149).

No espaço de São Luís, de 1960 a 1980, registra-se forte articulação da Igreja junto às mobilizações populares, favorecendo a criação de diversas formas organizativas (União de moradores, Clubes de Mães, Paróquias em bairros e/ou organizações não governamentais), com forte presença das mulheres, conforme já vinha acontecendo em cenário nacional. Segundo Rocha, “envolviam-se com os problemas ligados às políticas públicas, especialmente, nas áreas da infraestrutura e serviços urbanos, qualificação profissional e geração de renda, assistência social e educação” (2011, p. 02).

A luta das organizações de mulheres inscreve-se na caminhada junto aos diversos grupos feministas (mas não se confundem com estes), que ganharam força no contexto de redemocratização da sociedade brasileira com influência das correntes teóricas norte-americanas e europeias⁴⁰ (FERREIRA, 2014). A composição social presente nos movimentos de mulheres populares e os movimentos feministas⁴¹ não

Missão: religiosos e ação política no Brasil (2014).

⁴⁰ Há uma classificação quanto aos períodos de acontecimentos configurados em ondas: a primeira teve início meados do século XIX. Suas bandeiras foram pelo direito ao voto para as mulheres, direitos de propriedade e acesso à educação, que se articulavam ao movimento sufragista. Na segunda, baseou-se na abertura da igualdade no ambiente de trabalho. O feminismo da terceira onda caracteriza-se por centrar o foco na “diferença” defendeu também que o sexo fosse considerado um constructo social. (BUTLER, 2013; CHANTLER; BURNS, 2015).

⁴¹ No Maranhão, o movimento feminista nasce com o Grupo Mulheres da Ilha em 1980 no curso de

figuraram lutas homogêneas: de um lado, mulheres claramente identificadas com a transformação dos sistemas de dominação e poder; do outro, as que buscavam soluções emergenciais e imediatas a partir das molas que acionam o processo de organização, tais como: infraestrutura, ausência de equipamentos coletivos, escola, creche e/ou renda familiar.

Conforme indicado na pesquisa de Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha, sobre as organizações de mulheres em São Luís⁴², constatou-se a “pluridade dos movimentos de mulheres, distinguindo-se no seu interior movimentos feministas e não feministas” (ROCHA, 2011, p. 01). Isso sinaliza a ideia de que os reflexos neoliberais nas políticas sociais exerceram influência no eixo participação e organização dos movimentos populares. Do ponto de vista da organização coletiva, um panorama mostra que, apesar dos movimentos feministas se inserirem na luta das mulheres de camada popular, sobressai as demandas imediatas das mulheres.

Defende-se a tese de que as organizações de mulheres pesquisadas não se configuram como expressões dos movimentos feministas. Caracterizam-se como parte dos movimentos sociais urbanos em São Luís, entendidos como movimentos sociais que emergem de lutas urbanas ligadas à reivindicação de bens, equipamentos, meios coletivos de consumo, enfim, a luta por melhores condições de vida nesse espaço (ROCHA, 2011, p. 07).

A exemplo de outras cidades brasileiras, em São Luís, a Igreja Católica e instituições ligadas à filantropia, como por exemplo a LBA, influenciaram a criação de organizações de bairros com modalidade inicialmente voltada a trabalhos manuais, como foram os primeiros Clubes de Mães na década de 1960. Nota-se que, ao longo do tempo, esses espaços foram diversificando suas características e ações, quanto ao processo de evolução. Essa diversidade Patrícia Senna e Rosa Fonseca foi revelada em pesquisa sobre os Clubes de Mães, como espaço para intervenção em saúde da mulher.

As autoras indicam que, enquanto em alguns clubes de mães suas “atividades

extensão Mulher na Sociedade Brasileira, promovida pela UFMA. Sua ação surge como movimento social, não homogêneo, que questiona a política, o poder, as relações patriarcais e discute teoricamente a mulher como sujeito na sociedade. Para uma análise do movimento feminista no Maranhão ver Mary Ferreira (2014).

⁴² Em relação as 13 organizações da área Itaqui-Bacanga e 8 da área do Coroadinho a autora infere que: Na área Itaqui-Bacanga, com exceção de 1, as outras organizações incluem em sua denominação as palavras “mães” (9), “mulheres” (2) e “feminina” (1). Na área do Coradinho, 6 entidades são auto-identificadas com os termos “donas-de-casa” (3), “mulher/mulheres” (2) e “mãe” (1) (ROCHA, 2011, p. 03).

se direcionam no sentido de reforçar os papéis socialmente impostos à mulher, em outros, a reflexão se faz presente no sentido de construir uma identidade feminina mais liberta destes grilhões” (FONSECA; SENNA, 1995, p. 35). Consoante com as alterações na dinâmica dos Clubes de Mães, a conjuntura política e social brasileira propiciou a dimensão organizativa e reivindicativa na busca por soluções para os problemas sociais, alterando, assim, a relação Estado e Sociedade civil, eixo articulador das lutas sociais.

Ao analisar o contexto político das organizações da área Itaqui-Bacanga e do bairro Coroadinho, Rocha (2011) ressalta que se comparado ao cenário da década de 1960 a 1970, quando a nível nacional essas organizações estavam ressurgindo e ganhando força como parte dos movimentos sociais urbanos (na luta por serviços coletivos), a partir da década de 1980, nota-se uma lacuna no que diz respeito à criação de novos espaços de organização da camada popular. Segundo a autora, isso ocorreu porque os anos 1990 foram marcados pelos reflexos políticos de adoção ao neoliberalismo, bem como pelas novas respostas do Estado à questão social. Um exemplo ilustrativo é que no Coroadinho foi criado um grupo em 1990 e outro em 1992, e das quatro organizações criadas de 2003 a 2006, no Itaqui-Bacanga, três investiram no trabalho artesanal como estratégia de gerar renda para as mulheres. O mesmo caso se aplica ao Coroadinho, entre os anos 2006 e 2007.

Nessa perspectiva, a pesquisa destacou a finalidade, as áreas de atuação e as atividades desenvolvidas pelas organizações de mulheres das duas áreas e observou como finalidade a promoção da educação de crianças; geração de renda para as mulheres; apoio e atendimento às mães; atendimento social às crianças e adolescentes e aos idosos; alfabetização de adultos. No que tange às áreas de atuações, as organizações desenvolvem ações vinculadas às políticas sociais locais: educação, trabalho, geração de renda, saúde, e as atividades são de formação para as lideranças e associadas/os, além dos cursos com foco na renda com palestras na área da saúde e violência. Segundo Rocha (2011), a ênfase das organizações na oferta de políticas sociais é resultado da dinâmica Estado e políticas neoliberais que entraram em cena na década de 1990, bem como das estratégias adotadas a partir dos anos 2000. Vale observar a situação que sucedeu esse contexto.

Os objetivos expressos em vários estatutos confirmam a mudança na prática social desses grupos, se comparados aos denominados novos movimentos sociais e aos movimentos sociais urbanos, dos anos 1970

e 1980, que reivindicavam do Estado respostas as suas demandas, o reconhecimento e a efetivação de direitos individuais e coletivos. Um dos grupos cita como objetivos: “atendimento e assessoramento aos benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)” (ROCHA, 2011, p. 12).

Tal influência teria sido marcada pela expansão⁴³ da Política de Assistência Social (PNAS, 2004) e seu papel central nas estratégias governamentais, sobretudo na gestão de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores em 2003⁴⁴. O novo desenho impresso na Assistência Social poderia repercutir no crescimento de uma rede socioassistencial via programas de transferência de renda pelo país (MOTA, 2010). Essa expansão da Política acarretaria na perspectiva de execução do Plano Brasil Sem Miséria. Com ênfase no combate à extrema pobreza, suas inflexões vão para além do eixo expansão das políticas sociais, permitindo um salto qualitativo ao introduzir “o acesso a bens, serviços e oportunidades” (CAMPELO e MELO, 2014).

Para os formuladores do plano, a continuidade dos programas de transferência de renda configura-se em um forte instrumento e, de certo modo, ele avança no sentido de conceber que a pobreza se manifesta de múltiplas formas: além da insuficiência de renda, a perspectiva englobaria a insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia, ferramentas indispensáveis para a ideia superar a pobreza (CAMPELO e MELO, 2014). Para amenizar a extrema pobreza no cenário nacional, foi introduzido o enfoque multidimensional, como apresentado na Figura 2, mediante estratégias específicas, visando facilitar o acesso da população aos serviços e ações, ou “para ir onde a pobreza está”. Para isso, foi lançado o Busca Ativa, ancorada em uma rede de assistência social pelo país. Essa estratégia foi pensada para inserir os usuários em programas específicos em seus diferentes arranjos de planejamentos das políticas sociais.

⁴³ A nova institucionalidade é respaldada em um intenso processo de regulamentação da área. A aprovação da Política Nacional de Assistência Social¹ (PNAS, 2004), da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social² (NOB-Suas, 2005, 2012) e da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS, 2010) é um marco expressivo desse “choque de gestão” realizado pela Política de Assistência Social (Silva e Schmidt, 2015).

⁴⁴ A perspectiva do enfrentamento à pobreza foi a principal diretriz das campanhas eleitorais de Lula (2003-2011) e da perspectiva governamental da ex-presidenta Dilma Roussef (2012-2016), o Programa Brasil Sem Miséria, pode ser usado como exemplo. Instala-se uma fase na qual a Assistência Social se configura como instrumento para combater a pobreza relativa através dos programas de transferência de renda: o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família são exemplos que comprovam essa afirmação como um dos elementos de acesso a bens e serviços (MOTA, 2011).

Figura 5: Rede Assistencial



Fonte: Por um Mundo sem Pobreza (World without Poverty, WWP), 2014.

Esse cenário guarda uma característica importante para pensar a nova perspectiva de atuação das organizações de bairros a partir dos anos 2000. Primeiro, pela configuração delas como canal de serviços sociais, na relação de parcerias; segundo porque suas finalidades possivelmente se relacionariam com a dinâmica da década de 1970, por exemplo (ROCHA, 2011). No percurso de um debate sobre a alteração na relação entre Estado e Sociedade civil, revelaria-se um paradoxo presente a partir da década de 1990, em que essa relação de parceria iria na contramão da ideia de direito social. De constante tensão, essa perspectiva mostraria-se como uma dicotomia entre a concepção que embasou o sistema universalizante na Constituição Federal de 1988. Tal perspectiva para Elaine Rossetti Behring (2010) trata-se de políticas de cunho compensatórias, seletivas, focalistas e fragmentadas, lançadas pelos governos neoliberais, a partir dos 1990.

O que aparentemente se mostram nesse contexto são sujeitos envolvidos no processo de execução de serviços (organizações de bairros, ONGs e Estado) com suas razões para agir que seriam atravessadas por dinâmicas de continuidades e rupturas. Essas seriam sustentadas em práticas que não mais colocariam em cena o perfil de engajamento nas lutas sociais construído pelas organizações de bairros desde a década de 1970, sobrepondo-se a características atuais de operadoras de programas e projetos sociais. Nessa perspectiva, as observações apontadas por Rocha (2011) sobre o perfil dessas organizações em São Luís já sinalizavam essas práticas. As dificuldades (como a identificação com lutas sociais), à medida que, a luta pela sobrevivência, as manifestações, a necessidade por creche, os abaixo-assinados

das bases deram lugar para “prestação de serviços e implementação de projetos e programas sociais, sendo essas as conquistas mais citadas pelos grupos, em detrimento das motivações político-ideológicas” (ROCHA, 2011, p. 06).

Ao refletir sobre a longevidade de um Clube de Mães da zona sul de São Paulo, José Hercílio de Oliveira (2015) buscou compreender as múltiplas dimensões da participação grupal de mulheres do Clube de Mães Dona Mila. A proposta do autor foi entender os sentidos de agrupamentos e a permanência do grupo ao longo do tempo, tendo como ponto de partida a criação desse Clube de Mães no contexto de 1960-1970 (quando todos estavam articulados em torno das lutas sociais).

No início, o Clube de Mães reunia as mulheres do bairro para fazer artesanato e depois vender as atividades (corte e costura) e tinham como objetivo proporcionar a geração de renda para a comunidade; as questões de lutas sociais apareciam em segundo plano. Com foco na sustentação do grupo ao longo do tempo, Oliveira (2015) pontuou as mudanças que foram acontecendo durante a existência do clube por meio das atividades que foram desenvolvendo: primeiramente as transições de coordenação, que no início era religiosa, depois em relação ao local onde ocorriam os encontros, que, a partir dos anos 2000, passou a ser na casa de uma das participantes, na época a coordenadora.

Um ponto a observar é que o Clube de Mães Dona Mila, possui características diferentes daqueles que surgiram e se desenvolveram no cenário de luta por direitos sociais. Ele tem atuação voltada mais para os “trabalhos manuais, geração de renda e integração e menos para as reivindicações sociais de natureza ampla como ocorria na comunidade” (OLIVEIRA, 2015). Na análise, foi possível identificar que o referido Clube de Mães desde do início promoveu a construção de um espaço de aprendizagem, não perdendo o seu foco (os trabalhos manuais). Nesse sentido, o que motiva as mulheres a participar desse Clube é a possibilidade de construir modos singulares, por exemplo, as reuniões na casa da coordenadora para trocar experiências individuais. Para Oliveira (2015), o Clube de Mães é espaço de fortalecimento de relações afetivas, convivência dentro e fora do grupo, troca de saberes e geração de renda, característica que o mantém até os dias atuais.

Conforme observado em pesquisa de Barbosa (2013), e descrito neste capítulo, a Igreja Católica teve forte atuação nas comunidades dinamizando as reivindicações junto aos trabalhadores (as) rurais no Maranhão em regiões do Médio Mearim. As CEBs e Clubes de Mães, por exemplo, constituíram-se importantes espaços de

sociabilidade. A princípio, as mulheres reuniam-se nos CMs para fortalecer a fé cristã católica. Com o passar do tempo, incorporaram pautas diversas. As mulheres assumiram responsabilidades na criação e organização de hortas comunitárias, tanto para o consumo, como para a comercialização, transformando suas vidas, e o primeiro passo foi no processo de organização política. Internamente, elas desenvolveram experiências que puderam proporcionar alternativas de enfrentamento a realidades adversas, marcadas pela luta e acesso aos recursos básicos de sobrevivência.

Desse modo, tentei mostrar as características dos primeiros Clubes de Mães como espaços dinâmicos. Alguns quando surgiram executavam suas atividades relacionadas à produção de trabalhos manuais, artesanatos, estudos bíblicos ou orações, grupos de dança com forte apoio da Igreja. Existiam outros que se encontravam buscando objetivos mais relacionados à vida como um todo, engajados em uma verdadeira pauta pela equidade social, atrelados ao discurso de escolha dinamizada pelos pobres, a partir da ala progressista da Igreja Católica. Tudo isso participando com o restante da coletividade em questões mais amplas, relacionadas à melhoria da qualidade de vida da população, junto à articulação política em seu meio (FONSECA; SENNA, 1995, p. 35).

Assim, no capítulo seguinte, apresento em detalhes o Clube de Mães e Agricultores Familiares da Pindoba e reflito sobre em que medida as formulações contidas no surgimento de Clubes de Mães entre o final dos anos 1960 e 1970 estão (ou não) presentes na dinâmica e forma que o Clube de Mães de Pindoba foi criado e tem se mantido ao longo do tempo.

4. DINÂMICAS POLÍTICAS EM TORNO DO CLUBE DE MÃES E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA PINDOBA

Neste capítulo, procurarei apresentar a dinâmica de funcionamento do Clube de Mães, destacando os principais programas e projetos que ele vem executando e mobilizando em parceria com Organizações Não Governamentais (ONGs) e o Estado. Tal funcionamento, na minha percepção, contribui para a defesa da ideia de que essas ações vêm reforçando a longevidade e atuação desse Clube criado em 1998 e mantido-se ativo até os dias atuais. Dessa forma, de um percurso inicial dos momentos em que eu estive lá em 2019 e janeiro de 2020, a tentativas de retorno ao campo, dou continuidade as reflexões que se seguem.

Era 28 de dezembro de 2021, após quase dois anos sem ir à comunidade, e ainda receosa sobre as condições de atividades em campo, devido ao contexto pandêmico, decidi retornar no Clube de Mães. É indispensável salientar que tal iniciativa foi tomada com base no cumprimento das medidas preconizadas por órgãos de saúde local, que vão desde o uso de máscaras até doses da vacina, que já estava em processo de avanço. Eu já havia tomado a segunda, aguardando a terceira.

Assim como na primeira visita em que eu estive no Clube de Mães, minha iniciativa de ir ao local não foi estabelecida por meio de um vínculo que possuía com a principal dirigente. Vi um comunicado em seu *status* do aplicativo de mensagem⁴⁵, que me instigou a retornar, pois acreditava ser oportuno apesar das barreiras impostas. No edital de convocação constava a seguinte informação:

A presidente do Clube de Mães do povoado Pindoba, abaixo assinado no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto social da entidade, convoca todos/as os associados em dias com suas obrigações estatutárias para participarem da Assembleia geral de eleição e posse da nova diretoria.

Cheguei ao Clube de Mães às 14 horas de uma quarta-feira. Do lado de fora, não percebi grande movimentação, o que se confirmou quando entrei na creche, local onde ocorreria a dinâmica da eleição. Na entrada, havia um caderno que servia como ata para registrar os nomes e telefones de quem ali se fazia presente. Uma mulher que estava recepcionando pediu para que eu assinasse. Logo observei que as cadeiras já estavam dispostas, à espera dos (as) associados (as).

Sentei-me em um banco de madeira próximo à entrada da porta. Em seguida, chegou uma mulher que fez o mesmo procedimento que eu havia feito, assim como todos que chegavam, e sentou-se perto de mim. Apresentei-me e trocamos alguns minutos de conversas. O nome dela era Neide e era uma das pessoas responsáveis pelas vendas das rifas. O Clube de Mães estava se articulando por meio de rifas e/ou sorteios nos últimos meses. Naquele mês, seria uma sanduicheira, um ventilador e um liquidificador, cada ponto no valor de 5 reais. De acordo com ela, o dinheiro arrecadado seria destinado para pagar a conta de energia da organização. Depois que Neide me vendeu a rifa, afastou-se para oferecer continuidade.

Esse era o primeiro encontro coletivo que estava sendo realizado desde o início da pandemia. Tratava-se da escolha para presidente do Clube de Mães que, conforme o Estatuto aponta, ocorre em um mandato de 04 anos (a organização seguia o calendário previsto). Concita chegou pouco mais de trinta minutos depois do horário. Quando a vi, fui em sua direção para cumprimentá-la. Falamos rapidamente, pois, segundo ela, “já passei da hora”, e complementou “eu pensei que tu já tivesse terminado com essa pesquisa”. Diante de sua colocação, falei que a pandemia havia

⁴⁵ No aplicativo de mensagens mais utilizado correntemente no Brasil atualmente, há a possibilidade do usuário colocar informações que ficam em destaque para todas as pessoas que estão em sua rede de contatos.

alterado algumas atividades do curso. Ela falou que, como todos já estavam sabendo, aquele momento seria dado início à escolha da presidente. Pelo que pude perceber, o edital que descrevia o nome da chapa e data da eleição já estava circulando no bairro (o edital também preconizava isso). Após dar boas vindas aos associados, ela dirigiu-se a mim, agradecendo por também estar compartilhando aquele momento.

Em seguida, houve um momento para fazer a oração do Pai Nosso. Para Concita, “essa é universal é para todos”, e “seria para agradecer a Deus pelo ano que passou, pelos desafios, pela saúde”. Naquele momento, todas de pé, rezamos e/ou oramos a referida oração. Era também o dia de fazer a leitura do relatório circunstanciado de atividades, assim como o encaminhamento das demandas para a nova diretoria. Tal encaminhamento, conforme Concita havia dito, seria para articular como o Clube de Mães irá se “mobilizar” a partir de Janeiro, quando retornaria às suas atividades.

Em seguida, por meio da leitura do edital, ela disse: “Eu estou saindo como cabeça de chapa”. Após doze anos sem se candidatar à presidência do Clube, Concita estava concorrendo à chapa única, pois, segundo informações, não houve outra composição de chapa. Essa dinâmica está respaldada no artigo 39 da organização, que consta o seguinte: “Caso seja registrada apenas uma chapa, as eleições serão realizadas por aclamação dos sócios presentes”. Antes da eleição, foram tratados pontos pertinentes à organização e suas demandas.

Desse modo, Concita sentou-se em uma mesa, junto com a atual presidente, Lusilene, e pediu para a mesma falar das atividades e demandas. Recusando-se com um gesto de cabeça (que não iria falar), Concita sorrindo disse: “a presidente não fala em público”. Ela exercia a função de primeira secretária nessa gestão, mas apresentava-se como assessora do Clube, e naquele momento ela passou a ocupar uma posição de porta-voz no ambiente. Eu imaginei que sua experiência como professora contribuía para desenvolver tal função com maior desenvoltura: era a responsável pela criação de projetos para a organização, além de ser a principal dirigente da organização. Então, iniciou seus apontamentos, colocando os associados (as), diante de temas próprios do ambiente da organização. O primeiro ponto a destacar foi a inadimplência da taxa cobrada mensalmente para os associados (as) no valor de 10 reais.

Pelo que eu tinha entendido, houve uma diminuição de contribuições e, para superar esse problema, o Clube de Mães, nesse período, estava frequentemente

articulando em torno de rifas e brechó – geralmente realizado com o apoio da Igreja Batista do bairro (espaço onde Concita se congrega). No primeiro semestre de 2021, foi realizada uma atividade intitulada “Ação da cidadania”, com doações de colaboradores, os comerciantes locais e vereadores, com arrecadações de 100 cestas básicas (o Clube de Mães estabelecia diálogo junto aos estabelecimentos), e sua distribuição foi destinada para a comunidade. Para Concita, a prioridade seria para as famílias que estavam “mais precisando”.

Meninas em Ação e Menino Bom de Bola, projetos que contam com a parceria da Plan International, organização não governamental, estavam com inscrições abertas e data prevista para as turmas iniciarem em março de 2022. Trata-se de uma escolinha de futebol para meninas e meninos que visa estimular a prática de esporte de forma igualitária a partir da perspectiva de gênero. Para os filhos dos associados, o valor da matrícula e mensalidade é no valor de 20 reais, para os “mistos” (os não associados) cobra-se 30 reais. Os pais interessados dirigem-se ao Clube com os documentos dos filhos para assinar o contrato este renovado a cada seis meses, recebendo a roupa de futebol proveniente de doação da vereadora da comunidade.

O projeto *Mulheres empreendedoras*, conforme relatado, proporcionou às mulheres venderem seus artesanatos e/ou lanches durante o brechô, nas rifas e em evento que reúne exposição e comercialização de produtos locais, a Feirinha São Luís. Foi também mencionado o “Caixa de Socorro”. Trata-se de um kit de primeiros socorros realizado no âmbito do curso de Bombeiro Civil, com aulas na sede do Clube de Mães. O curso teve sua primeira turma formada em novembro daquele ano. A arrecadação é realizada de forma espontânea, em que cada pessoa contribui com um valor. A ideia surgiu após o caso de dois adolescentes que sofreram acidente de moto na “piçarra nova” (referindo-se aos serviços de pavimentação asfáltica realizada recentemente no local), com a demora na prestação de socorro. Pude perceber além das argumentações desse caso, a reclamação dos moradores sobre o excesso de velocidade dos motoristas na rua que liga a Pindoba à Iguaiá. A sugestão foi uma reunião com a vereadora da comunidade, Drielli da Pindoba (Republicanos), para a construção de quebra-molas, no intuito de forçar a diminuição de velocidade e a instalação de placas de sinalizações.

Segundo relatos, no início da pandemia, quando havia a necessidade de realizar reuniões para tratar de assuntos coletivos, estas eram organizadas de forma remota e poucos participavam. Por isso, foi criado o grupo no aplicativo de mensagem

(WhatsApp) para facilitar a comunicação. Entre os projetos voltados à Agricultura familiar, foi falado sobre o PNAE. Muitas das falas de Concita sobre o programa mostraram que o mesmo havia encerrado suas atividades no dia 24 de novembro em torno de 83 agricultores (as) cadastrados e 10 voluntários. Segundo ela,

[...] o PNAE ajuda muito a comunidade'. Além disso, ressaltou que a 'prestação de contas referente à venda do programa em 2021, ainda estava prevista para este ano', e complementou: 'se for preciso a gente brigar, a gente briga! (Concita, presidente do Clube de Mães da Pindoba, via WhatsApp)

Para Concita, a "qualidade dos nossos produtos" refletia também na renovação do contrato do PNAE. Ela referia-se a um exemplo recente com a entrega dos produtos, em que a comunidade foi elogiada pelo gestor sobre a qualidade e o estado de conservação das frutas e legumes repassados para as escolas do município.

Possivelmente, ela se referia ao diálogo que teve nesse dia com a Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Paço do Lumiar, e estava aguardando o repasse de documentos referente à renovação do programa. Chamou minha atenção a forma como ela se referia às sua interlocução com outras instituições, ou outras parcerias, que também se relaciona com o acompanhamento da liberação dos pagamentos, a lista de aprovação das entidades contempladas, assinatura de convênios, prazos de inscrições e/ou nota fiscal das compras. Parece ser oportuno apontar que Concita conhecia a documentação e suas atividades mais se assemelhavam com as da presidente do Clube associada às suas atribuições como assessora⁴⁶, conforme diz o Estatuto em seu artigo 24.

Quando pensados em relação com o Estado, os documentos em suas diversas modalidades de papéis assumem vínculos específicos. Pude perceber que, a fala de Concita remetia a rotinas em que ela confeccionava os documentos, transparecendo que ela tinha maior afinidade com projetos, ofícios, e/ou cartas a partir de determinadas demandas do Clube de Mães (papel atribuído à sua função na organização). Borges (2003)⁴⁷ percebe como a dinâmica com o Estado possibilita o acesso a vários benefícios assistenciais do governo. Nesse sentido, a disposição na

⁴⁶ Landin (2002, p. 232) diz que no final dos anos 1980, surge o tempo das assessorias e dos assessores nas organizações. Com vasta experiência em projetos localizados, se destacam por sua capacidade em articular junto a outras ONGs. Certamente esses sujeitos representam papel importante, fornecendo apoio diversos, desde o material, até o jurídico.

⁴⁷ A autora diz que, "quem se relaciona com o Estado tem seu nome estampado em listas. Há listas de todo tipo, como, por exemplo, a 'lista do pão e leite', em que estão registrados os nomes das famílias que recebem esse benefício" (BORGES, 2003, p. 63).

qualidade desse vínculo determinará quem vai ter acesso (ou não) a tais benefícios.

Figura 6: Reunião com os associados (as) do Clube de Mães.



Fonte: Autora (2021)

A partir de uma escolha unânime, foi eleita a nova diretoria do Clube de Mães. Concita, em discurso de posse, ressaltou que gostaria de contar com todos os associados, e o compromisso inclusive no PNAE para dar continuidade aos trabalhos. Percebi um baixo número de associados no dia da eleição, comparecendo ao evento aproximadamente 25 pessoas, visto que, segundo informações, o Clube em 2019 possuía 300 associados (as). Penso que isso poderia estar relacionado a dois fatores: primeiro, pelo cenário da suposta inadimplência, visto que só poderia votar quem estivesse em dia com suas obrigações; e segundo, por se tratar de um dia útil da semana, dia em que os moradores deveriam estar em seus trabalhos. Ressaltando o elogio às últimas vendas do programa de garantia de segurança alimentar e nutricional, a dinâmica foi sendo encerrada. Recordo que algo que foi reforçado, e despertou entusiasmos, foi a confraternização do grupo, que estava prevista para acontecer no último dia daquele mês, que ocorreria em um espaço de lazer alugado, com patrocínio da vereadora da comunidade.

No capítulo do Estatuto que versa sobre a diretoria, está escrito que sua administração deverá ser composta por diretoria, conselho fiscal, secretários e tesoureiros. Algumas das mulheres da família de Concita foram escolhidas para compor a equipe para os próximos quatro anos, assim como a ex-presidente também. Nesse sentido, parece haver a presença de laços de parentesco com a relação da administração do Clube de Mães, por ela presidida.

Por volta das 17 horas, Concita encerrou a atividade agradecendo a participação de todos (as). Naquele dia, recordo que ela havia encerrado o encontro muito entusiasmada. Seu décimo neto havia nascido no dia anterior e estava indo visitá-lo na maternidade municipal de Paço do Lumiar. Mãe de seis filhas e um filho,

ela finalizou falando que: “Aqui a gente não só executa, mas mobiliza, junto com nossos colaboradores”.

Figura 7: Eleição da nova diretoria do Clube de Mães.



Fonte: Autora (2021)

4.1 Sobre os projetos

programas e

Conforme pontuei em momento anterior, ações protagonizadas por iniciativas de organizações da sociedade civil destacaram-se no final dos anos 1990 e início de 2000, alterando a relação entre Estado e essas organizações. Sugere-se que o objetivo de tais organizações não era exatamente colocar em evidência o papel das mulheres, mas sim evidenciar as questões de políticas públicas localizadas (ROCHA, 2011).

Por meio de conversas colhidas em momentos iniciais de construção deste trabalho, gostaria de dar continuidade ao dia em que estive na comunidade no dia de execução do *Renda Cidadã* (2019), detendo-me na descrição de alguns programas os quais acredito que refletem o papel político desempenhado pelo Clube de Mães na comunidade.

Acompanhei Concita até sua casa, momento em que fui pegar o Estatuto. No caminho, estabelecemos um breve diálogo sobre as atividades e programas que o Clube vem desenvolvendo. A sensação que eu tinha era que Concita queria apresentar os programas e projetos sobre o caráter considerado por mim de dinâmica de atividades da organização (um dos motivos pelo qual ela me entregou o Estatuto). Ao chegar, lembro que fiquei encantada quando me deparei com seu jardim bem aconchegante com belas plantas, ela pediu para que eu aguardasse na varanda sentada, enquanto ia ao “escritório do Clube de Mães pegar o Estatuto que ia me ajudar”. Esse escritório estava funcionando em sua casa, depois que alguns documentos foram perdidos devido a uma chuva forte e que “molhou tudo”. Nesse local é guardado papéis que se relacionam com as questões administrativas da Organização (registros e atas administrativas), onde os associados (as) vão receber

os pagamentos do PNAE, além de funcionar como um estabelecimento de reprodução de textos e atividades de digitação na comunidade.

Concita relatou sobre algumas das atividades desenvolvidas pela organização que já destaquei como os termos de benefícios locais. Disse-me que na comunidade, os moradores queixavam-se da ausência de um posto de atendimento para ter acesso às suas correspondências. Sempre que precisavam, deslocavam-se para o serviço postal mais próximo da comunidade, Paço do Lumiar, que fica há 5 km e isso demandava tempo e gastos. O Clube de Mães mobilizou-se e criou o projeto “Correios Comunitário” em 2015 e consistia na interlocução junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Um benefício para a comunidade que ainda hoje se utiliza desse serviço.

A Plan Internacional Brasil é uma das colaboradoras dos projetos *Por ser Menina* e o *Cambalhotas*. Seu objetivo consistiu na promoção de orientações sobre autoproteção em crianças com idade de sete a dez anos. A partir de atividades lúdicas, as crianças aprenderam sobre as diversas formas de violências e abusos cometidos contra esse segmento. O papel da família e dos laços de afetividade foram temas abordados no projeto. A execução das atividades é realizada no espaço da creche comunitária.

O projeto *Futebol Feminino* foi desenvolvido e vem acontecendo desde 2013. O objetivo desse projeto foi levantar questões de equidade, violência de gênero e sexualidade com meninas de oito a dezessete anos na comunidade. Esse projeto foi substituído pelo *Meninas em Ação*, em 2021. As atividades de futebol tornaram-se instrumento propiciador de dinâmicas entre meninas e questões relacionadas ao seu cotidiano.

Sobre programas da agricultura familiar local, o Clube de Mães desenvolve o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, por meio da Lei nº 10.696 de julho (BRASIL, 2003). Tem objetivo de incentivar as políticas da agricultura familiar, cujas ações venham estimular as atividades econômicas dos agricultores (as). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é conhecido por fornecer produtos para alimentação escolar de estudantes da rede pública de ensino. Na percepção da dirigente principal do Clube, esse programa em 2019 havia se mostrado bastante eficaz enquanto alternativa de vendas dos produtos via articulação com o Clube de Mães, o que depois, em outras conversas, ela também demonstrava o mesmo entusiasmo.

4.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar–PNAE

Como apontei acima, o Clube de Mães vem desenvolvendo serviços e projetos os quais o configuram com diversas formas de atuação no campo da assistência social. Em perspectiva com o Estatuto, em seu artigo 2º, revela que a organização e objetiva desenvolver ações propiciadoras de geração de renda para a comunidade. Dessa forma, gostaria de dar continuidade acerca de um dos eixos de integração do Clube de Mães, via programas governamentais que pude perceber nos momentos em que estive no Clube de Mães, o PNAE.

VIII-Garantir a geração de renda, comercializando os produtos hortifrúti dos sócios pequenos agricultores familiares em programas e projetos de segurança Alimentar e Nutricional nas esferas municipal, federal e estadual.

IX- Viabilizar a participação dos/as associados (as) agricultores familiares em feiras e mercados locais como garantia de geração de renda (ESTATUTO DO CLUBE DE MÃES, 2017, p. 02).

A atuação do PNAE remete o contexto de agenda política voltada para atender à desnutrição de pessoas em situação de pobreza, para os quais nasceram as primeiras iniciativas, a partir da década de 1960, vinculadas à Campanha de Merenda Escolar. Dessa forma, ele foi pensado e desenvolveu-se ao longo do tempo como uma política pública referindo-se às medidas e formas de ação, formuladas e executadas com vista ao atendimento de legítimas demandas e necessidades sociais, como por exemplo, diminuir o cenário de insegurança alimentar dos sujeitos, por meio de políticas públicas (PEREIRA, 1994).

No Brasil, as ações de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar apresentam-se de forma expressiva a partir da metade dos anos de 1990. Possivelmente, esse cenário pode se configurar em mobilizações de certos grupos sociais no que tange as ações do Estado. Agricultores familiares, organizados em sindicatos e movimentos sociais, demonstraram a importância socioeconômica desse segmento social e a expressividade de sua atuação pública (SILVA *et al.*, 2020, p. 23).

Nesse sentido, várias estratégias no campo das políticas públicas direcionadas foram criadas para promover o acesso à alimentação e o incentivo à agricultura familiar, na perspectiva de romper com práticas assistencialistas. Por sua vez, essas dinâmicas mostraram sua relevância, principalmente com o destaque da criação do

Programa Fome Zero em 2003, com o objetivo de superar a fome por meio de um processo educativo⁴⁸ (AHLERT, 2008) e a própria criação, em 2003, do Programa Bolsa Família⁴⁹.

Nessa perspectiva, a proposta engloba eixos de articulação na relação entre governos e ministérios, com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA). Em 2004, oriundo de esforços em conjugar estratégias, criou-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A partir da ideia de proteção e promoção social, o programa *Fome Zero* constituiu-se de importante garantia à alimentação no âmbito escolar. A sua operacionalização abrangeu eixos de ampliação do acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda, articulação, mobilização e controle social. Dentre esses programas complementares, destaca-se o PNAE (SILVA *et al.*, 2020, p. 24).

Considerado por seus formuladores como o mais antigo programa do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), é também um dos maiores e mais abrangentes do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2015).

Essa política pública é gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁵⁰, e é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). O papel do FNDE, por sua vez, é atuar na transferência de recursos financeiros aos municípios, bem como o acompanhamento e fiscalização das demandas definidas pelo programa. A dinâmica do programa é a universalidade no atendimento a compras diretas dos produtores sem o processo de licitação. Em 2009, fruto de esforços da participação da sociedade civil por meio do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), foi publicada a Lei nº 11.947/2009, que passou a garantir no âmbito da agricultura familiar o mínimo de 30% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

⁴⁸ Alguns estudos evidenciaram também que tal processo educativo se relacionava com o enfoque de uma “transformação para a cidadania”, que separava em polos diferentes os conscientizados dos outros” (AHLERT, 2008, p. 05).

⁴⁹ O Programa Bolsa Família foi extinto em 2021 durante a ocupação da presidência da república por Jair Bolsonaro

⁵⁰ Fonte: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>.

O agricultor familiar é reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), e/ou seu vínculo com associações e cooperativas – pessoa jurídica. Na perspectiva de seus formuladores, de acordo com a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (BRASIL, 2015).

O desenho de quem compra e quem vende é descrito na cartilha de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar lançada pelo Governo Federal em 2015, de forma centralizada, pelas secretarias estaduais de educação e prefeituras, ou de forma descentralizada. Quem vende são os agricultores familiares e/ou suas organizações econômicas que possuam DAPs atualizadas, para concorrer mediante elaboração de projetos de vendas (BRASIL, 2015, p. 08). Enquanto unidade que comercializa, o Clube de Mães da Pindoba representa os agricultores familiares de forma coletiva, inscrevendo-se em editais de “Projeto de Venda” (BRASIL, 2015) em chamadas públicas conforme calendário previsto, podendo ser acompanhado por uma representante da organização.

Em 2019, havia uma composição de 41,43% mulheres e 28,57% de homens. Cheguei a esse percentual com base no número de homens e mulheres que naquele período participavam do PNAE. Os produtos agrícolas são entregues no Clube de Mães e esse, por sua vez, é responsável pelo recebimento dos alimentos. Observei que o eixo de trabalhar com ações para diminuir a insegurança alimentar e nutricional, conforme mostra o Estatuto, colocaria o Clube de Mães à frente das estratégias, enquanto organização fornecedora, além de mobilização local das ações para desenvolvimento do programa. Nesse sentido, percebi que, para a assessoria do Clube, as relações estabelecidas seriam de comprometimento com as atividades e dentre outras responsabilidades: “ter a sua produção com qualidade e quantidade suficiente estabelecido no contrato”. Acredito que entregar os produtos no dia e horário previsto possibilitaria também a melhoria da renda dos agricultores, que por sua vez se relacionaria ao incremento da atividade produtiva, na medida em que potencializaria seu acesso aos espaços de abastecimento – feiras livres e mercados

municipais de São Luís e região metropolitana.

Figura 8: Montagem dos Kits do PNAE.



Fonte: arquivo pessoal da dirigente do Clube de Mães (2021).

O PNAE revelou-se, em minha percepção, como um importante canal de comercialização e acesso às políticas sociais, como por exemplo, de geração de renda para os agricultores associados ao Clube de Mães. Em momentos em que estive lá, a dirigente falava que o PNAE é o “carro chefe dos nossos programas”. Minha impressão era de que a organização mobiliza os associados de forma a orientar todos (as) acerca das condicionalidades do programa, fortalecendo a importância do caráter do associativismo local e a Declaração de Aptidão ao PRONAF–DAP é uma delas. A ideia é de que para acessar essa declaração, os agricultores (as) são orientados pelo Clube de Mães acerca da Lei nº 11.326, de 24/07/2006, e suas diretrizes, para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Recordo-me que Concita havia dito que “a gente orienta todos (as), saber se eles têm DAP, se realmente tem uma produção”. Até 2019, o Clube de Mães realizava uma atividade intitulada de “dia D”, ancoradas em ações voltadas a dispositivos coletivos dos agricultores: documentação e atualização cadastral necessária à compra coletiva dos agricultores (as).

Enquanto um instrumento de identificação dos agricultores e/ou suas organizações, a DAP contém relação com procedimentos administrativos por meio dos quais o poder público cria estratégias de fomento às políticas públicas da agricultura familiar. No seu trabalho sobre *A biografia dos documentos: uma antropologia das tecnologias de identificação*, Claudia Fonseca e Lúcia Scalco (2015) percorrem caminhos que colocam em relevo subjetividades individuais e aparatos institucionais que vão desde a leitura de documentos de identidade até aos que levam as políticas sociais no país. Com especial atenção para as tecnologias de governo, o debate explora um conjunto de articulações cunhado para regular as decisões e práticas de indivíduos, grupos e organizações conforme critérios preestabelecidos.

Nesse movimento de perceber o programa como uma das estratégias de renda, ao chegar o dia da “venda” do PNAE, em um determinado momento, conversei com uma associada que fazia parte da equipe de voluntárias de limpeza do Clube e também participante do PNAE. Fui conduzida à ideia de que a dinâmica do PNAE no Clube de Mães estimularia a geração de renda. Recordo-me que em uma das falas, a agricultora dizia que se tratava de “uma renda no final do mês, além da mercadoria ser valorizada”. Pude perceber que, por meio do Clube de Mães, os agricultores podem se organizar coletivamente, o que reflete na qualidade dos produtos, resultado de esforços coletivos. A partir de 2020, a dinâmica foi alterada, sendo o cadastro da DAP realizado por meio de agendamentos individuais. A direção certificava a existência de documentações inativas, que poderiam ser pensadas como “interações cotidianas que conectam um conjunto heterogêneo de atores [...] de corpos e de endereços residenciais” (FONSECA e SCALCO, 2015).

Desenhava-se uma percepção de que o Clube de Mães prezava pela qualidade dos produtos, ao passo que pressupunha a venda com qualidade, visto que, a entidade executora fazia articulação em torno de pesquisa de preços previamente. Sobre a dinâmica de preços, o artigo 29 da Lei 11.947, de 16/06/2009, fundamentado na Resolução CD/FNDE 26, de 17/06/2013 e de 04/02/2015, determina que, com base no levantamento de recursos⁵¹ orçamentários disponíveis, no que tange à aquisição de preços:

⁵¹ A Entidade Executora deverá conhecer o valor a ser repassado pelo FNDE antes do início do período letivo, definir o percentual a ser utilizado nas compras da agricultura familiar (considerando o mínimo obrigatório de 30%), utilizar essas informações para o planejamento do cardápio e informar esses valores ao CAE e às organizações da agricultura familiar (BRASIL, 2015, p. 10).

§3º: Os preços de aquisição definidos pela organização e deverão constar na Chamada Pública, e serão os preços pagos ao agricultor familiar, empreendedor familiar rural e/ou suas organizações pela venda do gênero alimentício (BRASIL, 2015, p. 05).

O cenário de emergência estabeleceu olhares atentos a novas formas de executar o PNAE por ocasião da pandemia. Considerado pela FAO (2020) como modelo que serve de exemplo na África e países da América Latina, o PNAE incetiva ações para melhorar hábitos alimentares de alunos. Nesse sentido, a importância de assegurar a continuidade da destinação dos alimentos aos alunos por meio de seus responsáveis durante o período de isolamento social evidenciou-se em mudanças às quais estão explícitas em textos e cartilhas do governo detalhando as medidas previamente.

Dessa maneira, somente com alterações jurídicas em vigor poderia-se proceder com medidas de compra dos alimentos, em um contexto em que se fazia presente priorizar a saúde a partir de seus determinantes sociais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID-19), por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconhecendo o estado de calamidade pública mundial. Os protocolos para assegurar o controle da pandemia foram desde o isolamento social à suspensão de aulas do período letivo, por meio da portaria nº 343, de 17 de março de 2020, a fim de evitar a disseminação do vírus.

Inseridos em contextos de correlações de forças, sujeitos articulavam medidas sobre a forma de garantir a alimentação aos estudantes, de modo que o poder público pudesse atender, por meio de Resolução nº 2, de 09 de abril/2020⁵², em caráter excepcional, enquanto durar a suspensão do calendário escolar da educação básica, a entrega de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do programa aos pais ou responsáveis dos alunos. A distribuição em forma de *kits*, ficaria sob responsabilidade dos municípios juntamente com a equipe de gestão local, em cozinhas comunitárias, CRAS⁵³, etc.

Sendo assim, considerando o fornecimento dos gêneros alimentícios para o atendimento aos estudantes, a cartilha relativa às orientações para execução do PNAE durante a pandemia, lançada pelo governo federal, pontua informações sobre a readequação à nova realidade de execução do programa. Os *kits*, como passaram

⁵² Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-perguntas-frequentes>

⁵³ Centro de Referência de Assistência Social

a ser chamados, devem fornecer, dentre outros aspectos, o número de refeições por dia que o estudante faria na escola; bem como ser definidos e planejados sob supervisão de equipe de nutricionistas – atividade privativa –, e equipe de colaboradores da organização que comercializa, de forma que o estudante possa realizar essas refeições em casa (BRASIL, 2020).

Diante dessa operacionalização, a compra na agricultura familiar também passou por nova dinamização em vigência, em especial no que tange a participação dos agricultores familiares. Antes a compra institucional era realizada de forma presencial, conforme previsto em chamada pública, e poderia contar com um dos interessados das organizações-agricultor e/ou presidente (BRASIL, 2013). O procedimento agora realizado de maneira remota dispensa comissão e sinaliza que a entidade executora poderá criar mecanismos necessários para que os agricultores familiares e/ou suas organizações participem da análise por meio de videoconferência, quando houver possibilidade (BRASIL, 2020). Conforme pude observar, esse ponto foi ressaltado no dia da votação e levantamento das atividades no Clube de Mães. Atentando-se para esse aspecto, Concita mencionou o grupo criado para facilitar as notícias referentes ao programa. Por outro lado, fiquei pensando que, talvez por esses procedimentos de meios de comunicação, os agricultores poderiam ter acesso às chamadas públicas ou acompanhar o processo, conforme ela havia mencionado. No entanto, alguns entraves podem apresentar-se, como no acesso à internet e/ou às próprias mudanças das regras do PNAE, levando em consideração a diversidade de organizações da agricultura familiar pelo país.

A cartilha de orientações para a execução do PNAE também traz informações de como proceder aos contratos vigentes e às novas aquisições da agricultura familiar. Dessa forma, aponta que os contratos firmados com os agricultores familiares sejam mantidos, respeitando, sempre que possível, o calendário de entrega que foi estipulado, evitando onerações aos agricultores, por meio de contratos eletrônicos (BRASIL, 2020). Além disso, a compra local ainda deve ser prioridade na ênfase das entidades executoras do programa (estado, município, e escolas federais), responsáveis pelo recebimento dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE.

Nesse sentido, a partir da intersetorialidade de ações institucionalizadas, aconteceria a execução do PNAE. Tais ações se desdobrariam em uma estrutura organizacional do programa, para o qual o Governo Federal cumpriria com responsabilidades previstas em texto Constitucional de 1988 (Artigo 6º do Direito à

Alimentação) por meio da descentralização das políticas e ações. Sendo esse modelo apresentado às entidades executoras: Estados, Municípios e Distrito Federal, realizada pelo FNDE (BRASIL, 2015). Caberia às unidades executoras do programa – entidade privada sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar – receber os recursos provenientes das primeiras. Por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), a sociedade civil organizada com caráter deliberativo, deveria, dentre outras responsabilidades, acompanhar a execução e planejamento do programa.

Claudia Fonseca (2018), em pesquisa intitulada *Etnografia de uma política pública: controle social pela mobilização popular*, ao falar sobre os efeitos de um programa de entrega de alimentos a pessoas em risco de insegurança alimentar, sugere-nos olhar para as dinâmicas microterritoriais. A pesquisa visa apontar para a dimensão organizacional do programa ao explorar a maneira com que pessoas – lideranças comunitárias e gestores – mostram ações ligadas à mobilização popular. Trata-se de formas de ação coletiva que, de certa forma, contribuía para a qualidade de serviços públicos.

Se pensado de modo semelhante, a articulação de diversos sujeitos da sociedade civil “poderia acioná-la como ponto de convergência entre a participação de cidadãos comuns nas tecnologias de governo” (FONSECA, 2018, p. 276). Tentei apontar neste capítulo que, mediante a perspectiva de políticas sociais, o Clube de Mães da Pindoba vem tentando se inserir na dinâmica de iniciativas de compras públicas diretas, articuladas ao fortalecimento da agricultura familiar, ou um “encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar” (BRASIL, 2015, p. 05) A partir da percepção formal de execução do PNAE no Clube de Mães, tive a compreensão de que essa organização consegue, de alguma forma, articular-se em torno de dinâmicas de programas e projetos. Uma das hipóteses seria sob a ideia da importância de articulação de sua principal dirigente. Um exemplo que poderia ressaltar é a articulação em torno dos grupos formais de agricultores no Clube de Mães. Em campo, pude perceber, por exemplo, que estar em dias com a DAP (instrumento que identifica os agricultores e suas associações no âmbito da agricultura familiar), implicaria em estímulo à produção local (ou o exemplo do Renda Cidadã). Assim, acredito que, na perspectiva de participação do PNAE, uma das maneiras de fortalecer a produção seria a qualidade que atenda às demandas das entidades executoras dos programas.

Figura 9: Equipe de nutricionistas e colaboradores do PNAE no Clube de Mães



Fonte: Arquivo pessoal da dirigente do Clube de Mães (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de começar dizendo que não busco fazer apontamentos aparentemente conclusivos, mas ao contrário, retomar algumas reflexões as quais me deparei e tentei desenvolvê-las ao longo desse percurso. Inicialmente, pontuo que, neste trabalho de dissertação, tive como objetivo compreender e analisar se as formulações contidas no surgimento dos primeiros Clubes de Mães, na década de 1960, possuíam – ou não – continuidades com a instituição que me deparei em um dos municípios da ilha de São Luís. A dinâmica do Clube de Mães e Agricultores Familiares da Pindoba desenhou-se, a partir de 1998, em um contexto muito diferente da década de 1960. Para refletir sobre isso, foi importante buscar estudos e abordagens teóricas presentes na arquitetura e nos percursos trilhados pelos primeiros Clubes de Mães no país.

Nesse intuito, procurei colocar em evidência a fase de elaboração das razões que me fizeram escolher o objeto de pesquisa e, posteriormente, como as relações estabelecidas foram possíveis.

Da experiência de estar no dia de execução, ou de “venda” do PNAE e do *Renda Cidadão*, sobressaíram alguns questionamentos que, para além de expectativa se havia – e/ou de que forma – dinâmicas que conduzissem ao protagonismo feminino naquele espaço, os possíveis direcionamentos deste trabalho foram construídos com análises enviesadas em minhas percepções de situações concretas e/ou formais às quais pude observar.

Aparentemente existem convergências quanto às abordagens que fornecem uma leitura sobre as características dos primeiros Clubes de Mães, que se evidenciava em sua relação com instituições de caridade e a Igreja Católica. Essa rotina de dinâmica foi estruturada por um possível “pensamento cotidiano”, que dizia respeito a atividades comumente associadas e/ou praticadas entre mulheres de camadas populares, tais como de corte e costura, por exemplo (JOAQUIM, 2013, p. 16). Com o passar do tempo, fez-se necessário deslocar ações para formas coletivas de sujeitos que estavam emergindo na cena política e tomaram forma a partir da década de 1970, trazendo uma nova camada de complexidade e organização política

aos Clubes (SADER, 1988).

O desenho que se apresentava desses espaços orientava para práticas elevadas ao nível de reivindicações e demandas imediatas as quais se relacionavam com a caminhada da ala progressista da Igreja em sua perspectiva de Teologia da Libertação. Esse movimento, conforme foi possível perceber, constituiu-se aliado junto a movimentos de base que se articulavam em torno de demandas sociais, em razão de tensões entre equipamentos públicos, passando a significar os Clubes e/ou associações como espaços para debate dos problemas cotidianos. Nesse contexto, nos Clubes de Mães foi criada “uma memória das lutas dos trabalhadores; a busca da identidade individual e coletiva consistia em chegar a uma percepção realista de suas próprias características, potencialidades e limitações” (JOAQUIM, 2013, p. 17).

Conforme foi possível observar nas reflexões de Landim (2002), a gênese de organizações da sociedade civil se relaciona a “um conjunto determinado de organizações cuja pré-história remonta ainda aos anos 1970 cuja história foi-se compondo ao longo dos anos 1980” (2002, p. 216). Para essa perspectiva, há uma construção social em torno dessas organizações que operam como elementos presentes na conformação e/ou redefinições de interesses de sujeitos difusos. Essas redefinições de atuação, dizem respeito ao cenário do “sindicalismo, os movimentos e associações de bairro, a luta pela terra – tempos da idéia do popular” (Landim, 2002, p. 17).

Assim, as organizações que surgiram a partir dos anos 1980 e 1990 operavam como uma das formas de se pensar e entender as novas relações que vem sendo construídas entre Estado e sociedade civil. Essa relação permitiria tangenciar, por exemplo, o que é assinalado por Landim (2002) em constantes disputas entre Estado e sociedade, em seus papéis diversos, para o bem ou para o mal, assumindo ações de controle, proposição, cogestão de políticas públicas; e na execução de serviços, ou quando são frequentemente acusadas de substitutas funcionais e estratégicas do Estado no contexto neoliberal (LANDIM, 2002, p. 218).

Desse outro lugar histórico, há de se pensar no desenho da forma organizacional do Clube de Mães e dos Agricultores Familiares da Pindoba. Acredito que isso me permitiu aludir que suas ações não se relacionam (ou, não diretamente) as dinâmicas dos primeiros Clubes. Ainda assim, é um espaço de articulação para solucionar problemas coletivos cotidianos. Por exemplo, o Clube de Mães, em seu entorno, possui projetos de venda relacionados a agricultura familiar, oferta cursos de

capacitação para agricultores(as) interessados no processo de cultivo e produção. Isso se materializou para mim quando estive lá.

Pude perceber que a dinâmica do Clube de Mães e Agricultores Familiares da Pindoba dispõe de modos próprios – eu poderia até reforçar que são protagonizadas por práticas que estão mais relacionadas às formas de operacionalização de programas e projetos. Com efeito, o que compreendo como mobilização e articulação, é sua atuação conjunta a outros sujeitos e isso me permitiu observar que estão sistematizadas na forma que esse Clube foi fundado e se desenvolveu até os dias de hoje, por meio de seus repertórios de ação, no campo intersetorial das políticas públicas.

É nessa perspectiva que busquei inspiração no diálogo de Ana Lucia Enne (2002) sobre a Sociedade Beneficente Nuclear Comunitária – SOBENCO: uma iniciativa da sociedade civil, que se destacou por meio de serviços à comunidade, por meio da atuação em área espiritual, beneficente e cultural no município de Nilópolis, Baixada Fluminense. A atuação dessa organização destacava-se por seu caráter de atuação política junto à comunidade. A autora observou “uma incidência de instituições civis que atuam junto à comunidade, muitas vezes cumprindo parte do papel do Estado e, em outras, se aliando a ele numa atuação conjunta” (ENNE, 2002, p. 260).

Se pensado de forma semelhante, o Clube de Mães e dos Agricultores da Pindoba relaciona-se com essa dinâmica. Sua finalidade apresenta-se no contexto de organizações que ganharam força na década de 1990 e 2000. Eu poderia considerar que, por meio de sua principal dirigente, a instituição é operacionalizada. Suas ações são reforçadas e refletem o modo de fazer e lidar com questões burocráticas sob a hierarquia e o papel desempenhado por ela. Acredito que isso me permitiria considerar que as ações realizadas entre os sujeitos, por meio de mobilizações de recursos, diálogo com secretarias de educação, reforçam também estratégias de fortalecimento do associativismo local.

Outra questão abordada neste trabalho, quando mencionei o bairro em que se encontra localizado o Clube de Mães de Pindoba, é a localidade como lugar-evento inspirada na perspectiva de Borges (2003) “cuja tapeçaria social é permeada por uma razão de agir” (p. 12). Talvez aí, encontrasse uma forma de olhar para “a ênfase na incidência de cidadãos sobre processos decisórios perpassada por emoções, valores e normas, levando inelutavelmente a posicionamentos de consequência política”

(FONSECA, 2018, p. 276).

Na verdade, busco sinalizar também o destaque da emergência e consolidação de uma liderança feminina na política municipal, eleita pela comunidade que interrelaciona suas atividades como representante pública a ações desenvolvidas no Clube de Mães. Nessa perspectiva, pensar em associações comunitárias que destacam, em alguma medida, a participação ativa de mulheres em comunidades, pode ser um interessante ponto de partida para estudos futuros sobre representação feminina em câmaras municipais, estaduais e federais.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, M. **Mulheres de Monte Verde**: Etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular de Porto Alegre e o Programa Fome Zero. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. 138fs.
- ALCOBAÇA, L. E. de. **Expansão urbana e conflitos pelo uso do solo**: o caso da Comunidade Pindoba em Paço do Lumiar. 2013. Monografia. (Curso de Ciências Sociais), Universidade Estadual do Maranhão, 2013.
- ANJOS, G. dos. Lideranças de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Cadernos Pagu**. jul./dez. 2008. p. 509-534
- ANTUNES, M. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, E. F. *et al.* "Prêmio Margarida Alves : II coletânea sobre estudos rurais. Brasília: MDA, 2005. (NEAD, especial;4).p.123-148p
- ARROYO, M. Paulo Freire e o projeto popular para o Brasil. In: SOUZA, A. I. (Org.). **Paulo Freire**: vida e obra. São Paulo: 2010. p. 248-282.
- BARBOSA, A. C. L. **Gentrificação e expansão urbana em São Luís, MA. Revista Espacios**. ISSN 0798 1015 Vol. 38 (Nº 17) Ano 2016
- BARBOSA, M. T. **Legião Brasileira de Assistência**: o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946) – Tese (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná) Curitiba, 2017. 244 f.
- BARBOSA, V. O. A caminho dos babaçuais: gênero, e imaginário no cotidiano de trabalhadoras rurais no Maranhão. In: WOORTMANN, E. ; HEREDIA, B.; MENASCHE, R. **Margarida Alvez**: Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 35-54.
- BARBOSA, V. O. **Mulheres do Babaçu**: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. Rio de Janeiro, 2013. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2013. 202 f.
- BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo:

Cortez, 2010.

BONETTI, A. de L. FLEISCHER, Soraya. (Orgs.). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Gênero e etnografia na antropologia brasileira recente. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

BONI, V. Poder e Igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, abr. 2004. p. 289-301.

BORGES, A. **Tempo de Brasília**. Etnografando lugares-evento da política. Rio de Janeiro: Relumê Dumará/ NuaP, 2003.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRASIL. Cartilha do PNAE: **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar** 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/201. Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação. Brasília, Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução n. 4, de 02 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 08 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>. Acesso em: 10 jan. 2021

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria** / Organizadores: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da – Brasília: MDS, 2014. 848 p. gráfs, mapas, tabs.

BRASIL. Resolução n. 2, de 09 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19. **Diário Oficial da União**: Brasília, 13 abr. 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CALDAS, E. A. **Fronteiras simbólicas e reivindicação de representatividade**: estudo sobre a construção de legitimidade das ONGs. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – UFRJ, 2011. 116fs.

CARDOSO, R. O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v.39. n. 1, 1974.

CHANTLER, K.; BURNS, D. Metodologias Feministas. In: BRIDGET, S.; LEWIN, C (org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

CHAVES, A. S. **Resíduos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Maranhão**: Atualidades no contexto urbano de São Luís e São José de Ribamar. São Luis, 2015, 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1762/2/Adriana%20Sousa%20Chaves.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania**: de que estamos falando? Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 96-105.

DEERE, C. D. Os Direitos da Mulher a Terra e os Movimentos Sociais Rurais na Reforma Agrária Brasileira. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v. 7, n.1-2, 2004.

DOCUMENTO DE MEDELLIN – **texto integral PRESENÇA DA IGREJA NA ATUAL TRANSFORMAÇÃO DA AMÉRICA LATINA à luz do Concílio Vaticano II**, 1968.

DURHAM, E. A caminho da cidade. São Paulo: Perspectiva, 2004. _____. **A pesquisa antropológica com populações urbanas**: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. (Org.). A aventura antropológica. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 17–37.

ENNE, A. L. S. SOM/Popular: uma experiência política na Baixada Fluminense. In: LIMA, A. C. de S. (Org.). Gestar e gerir. **Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará: NuaP/ UFRJ, 2002. p. 259-270.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v. 7, n.1-2, 1999.

FERREIRA, Conceição. [Mudanças no local de pesquisa]. Whatsapp: [Privado de Conceição]. 17 ago. 2021. 09:30. 1 mensagem do Whatsapp.

FERREIRA, L.; LOWENKRON, L.; (ORG). Encontros etnográficos com papéis e outros registros burocráticos Possibilidades analíticas e desafios metodológicos. In: **Etnografia de documentos Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: (Faperj), 2017. p. 05-16.

FERREIRA, M. Movimento de mulheres e sua ação anticapitalista no Brasil e Maranhão. **Revista Políticas Públicas**, Número especial, 2014. p. 359-367.

FONSECA, C.; SCALCO, L. A biografia dos documentos: uma antropologia das tecnologias de identificação. In: **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. (ORG). FONSECA, C. e MACHADO, H. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. 236 p.: il.; 16x23cm.

FONSECA, R. M. G. S. da; SENNA, P. A. de. Clube de Mães: espaço para intervenção em saúde da mulher. **Revista da Escola de Enfermagem**. USP, v. 29, n.1, p. 34-46, 1995.

FONSECA, C. Etnografia de uma política pública: controle social pela mobilização popular. **Horiz.antropol**; Porto Alegre, ano 24, n 50, p. 271-303, jan./abril.2018.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Movimentos feministas. In: In: HIRATA, H. *et al.* (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p.144.

GOHN, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOMES, C. A. A.; CHAVES, F. G.; NOGUEIRA, M. C. *et al.* **Inventário Turístico e Cultural do Povoado Pindoba**. Secretaria Municipal de Turismo, São Luís: 2008.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Diretoria de Estudos Ambientais e Cartográficos**. Maranhão, 2018.

JOAQUIM, M. S. **Militantes de Clubes de Mães**: (São Paulo X Periferia). São Paulo, 2013.

KERGOA, D. Divisão sexual do trabalho e relações de sexo. In: HIRATA, H. *et al.* (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

KERGOA, D. Lutar dizem, elas... Recife: SOS corpo, 2018.

LANDIM, L. **A invenção das ONGs: do serviço inviável à profissão sem nome**. Tese. Rio de Janeiro. Museu Nacional; UFRJ. 1993. 491 f. Tese. Doutorado Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1993.

LANDIM, L. **Experiencia militante**: Histórias das assim chamadas ONGs. Lusotopie 2002/1: 215-239.

LIMA, J. **Identidades e relações de gênero em movimentos no território dos Cocais-PI**. São Luis, 2016, 165f. Tese de doutorado (Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2016.

LINHARES, P. C. **A produção do espaço urbano e os modos de vidas tradicionais na Ilha de São Luís/MA**: aspectos jurídicos da luta pelo território na comunidade Pindoba. São Luis, 2013, 124f. Monografia (Curso de Direito) Universidade Federal do Maranhão, 2013.

LOWY, I. Ciências e Gênero. In: In: HIRATA, H. *et al.* (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

LUCIENE, D. F. Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público-lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. In: WOORTMANN, E. F. *et al.* **Prêmio Margarida Alves**: II coletânea sobre estudos rurais. Brasília: MDA, 2007. (NEAD, especial;4). p. 59-78.

LUNARDI, K. **Pedagogias Produzidas por Mulheres no Clube de Mães Mulher Gaúcha da Zona Rural de Santo Ângelo**. São Leopoldo, 2009, 116f. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2009. Disponível em:

<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1981/KariniLunardiEducao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jun. 2020.

MARANHÃO. **Lei Complementar nº 161, de 03 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre a Região Metropolitana da Grande São Luís e dá outras providências (para incluir o Município de Icatu). Maranhão, 2013. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/64049901/doema-executivo-12-12-2013-pg-1>
Acesso em: 10 jan. 2021.

MARANHÃO. Programa de Compras da Agricultura Familiar-PROCAF. **Edital de chamada pública Nº001/2019**. Disponível em: <http://saf.ma.gov.br/chamamento-publico-do-procaf-para-aquisicao-de-alimentos-encerra-dia-08>. Acesso em: 30 dez 2020.

MATA, R. da. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E. de O. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 23-35.

MIOLA J. dos S. **Atores e Fatores Envolvidos na Operacionalização do PNAE em Presidente Prudente**: um estudo de caso. São Paulo, 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento), Universidade Estadual de São Paulo: São Paulo, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/150915>. Acesso em: 05 jan. 2019.

MONTANÕ, C. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTANÕ, C.; DORIGUETTO, M. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTEIRO, T. N. **“Como pode um povo vivo viver nesta carestia”**: O movimento custo de vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo, 2015. 247f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo: São Paulo, 2015.

MOTA, A. E. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NERIS, W. S. **Itinerários religiosos e engajamento político no Maranhão (1940-1980)**: catolicismo, mediação cultural e militantismo político-religioso. 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG: GT 16: Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder, 24 - 28 out. 2011.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, I. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular: 2012. p. 32-50.

OLIVEIRA, J. H. P. de. **As múltiplas dimensões da participação grupal**: um estudo de caso sobre um clube de mães da Zona Sul de São Paulo. São Paulo, 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo: São Paulo, 2015. Disponível em:
<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/17131/1/Jose%20Hercilio%20Pessoa%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

OLIVEIRA, M. T. de. **Democracia Primária e Experiência Associativa**: os Clubes de Mães em Campina Grande. Recife, 2008. 183 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2008. Disponível em:
https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9486/1/arquivo4268_1.pdf. Acesso em: 28 mai. 2020.

PERALÍAS, I. O. **Participação e Autonomia das Mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)**. Goiânia, 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2005. Disponível em:
<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/932/1/ISABEL%20ORTEGA%20PERALIAS.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

PIMENTA, S. D. C. **Experiências em trajetórias de mulheres rurais**: engajamento sindical, feminismos e subjetividades. Belo Horizonte, 2019. 310f. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

PINHEIRO, J. **Novos movimentos sociais clasistas**. Aurora ano IV número 6 – Agosto de 2010

ROCHA. L. M. L. Organização de mulheres em São Luís: expressões dos movimentos feministas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5, 2006. **Anais [...]** São Luis: UFMA, 2006.

SADER, E. S. **Quando Novos Personagens Entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80). São Paulo: Editora paz e terra, 1988.

SADER, E.; PAOLI, M. C. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, R. (Org.). **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 39–67.

SANTOS, L. E. N. **O urbano ludovicense**: produção e fragmentação do espaço, território, planejamento, cultura e outras reflexões. — São Luís: EDUFMA; Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, I. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília. v. 21, n.1, p.109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?** 3 ed. São Paulo, 2005.

SCHMIDT, J.; Albuquerque, C. A assistência social na contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público. **Revista. Katál.**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 86-

94, jan./jun. 2015

SCHWEBEL, D. F. Movimentos Feministas. In: HIRATA, H. *et al.* (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/> Acesso em: 30 jun. 2020.

SILVA, B. G. **A Marcha das Margaridas**. Brasília, 2008. 172f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=A+Marcha+das+Margaridas&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SILVA, B. G. Políticas Públicas para as mulheres trabalhadoras rurais: análise sobre a marcha das margaridas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7, 2015. **Anais** [...]. São Luis: UFMA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/politicas-publicas-para-mulheres-trabalhadoras-rurais-analise-sobre-a-marcha-das-margaridas.pdf>. Acesso em: 12. Fev. 2020.

SILVA, H. *et al.* PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico. **Mundo Amazônico**, 11(2): 17-36. <http://dx.doi.org/10.15446/ma.v11n2.88519.2020>.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 3ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Editora expressão Popular, 2021.

SPOSATI, A. de O. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1991.

TRAT, J. Movimentos sociais. In: HIRATA, H. *et al.* (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.p.149.

VALE, S.; R. **Análise ergonômica da atividade de quebra tradicional do coco babaçu no município de Itapecuru-Mirim/MA**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. 2018; 48 e2.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, G. KUSCHNIR, K. (Orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

VELHO, G. Observando o familiar. In: ZALUAR, Alba (Org.). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975. p. 36-46. _____. Projeto e metamorfose. **Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

YAZBECK, M. C. **A Política Social Brasileira nos Anos 90**: A Refilantropização da Questão Social. São Paulo, 1995.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.